

REVISTA

QUATRO

Águas

Comitês apresentam
Novo Plano de Bacia
para os próximos 15 anos

Pág. 16

Os desafios da implementação das ações voltadas para a melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade

REVISTA

Águas

QUATRO



Comitê Piabanha

Rua Teresa, nº 1515 – sala 114 - Hiper Shopping ABC
Alto da Serra – Petrópolis/RJ
CEP: 25.635-530

- ☎ (24) 2237-9913
- ☎ (24) 98855-0997
- ✉ cbhpiabanha@agevap.org.br
- 📷 comitepiabanha
- 📘 Comitê Piabanha
- 📺 Comitê Piabanha

Comitê Rio Dois Rios

Av. Julius Arp, nº 85
Centro – Nova Friburgo/RJ
CEP: 28.623-000

- ☎ (22) 2523-4881
- ☎ (24) 98855-0359
- ✉ cbhriodoisrios@agevap.org.br
- 📷 cbhrio2rios
- 📘 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios
- 📺 Comitê Rio Dois Rios

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Av. Alberto Lamego, nº 2.000 (UENF)
Prédio P5, TÉRREO (ao lado do Bradesco) -
Parque Califórnia
Campos dos Goytacazes/RJ
CEP: 28.013-602

- ☎ (22) 2725-9023
- ☎ (24) 98855-0929
- ✉ cbhbaixops@agevap.org.br
- 📷 cbhbpsi
- 📘 Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- 📺 Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Comitê Médio Paraíba do Sul

Rua Cincinato Braga, nº 221
Aterrado – Volta Redonda/RJ
CEP: 27.213-040

- ☎ (24) 3337-5661
- ☎ (24) 98855-1076
- ✉ cbhmediops@agevap.org.br
- 📷 cbhmedioparaibadosul
- 📘 Comitê Médio Paraíba do Sul
- 📺 Comitê Médio Paraíba do Sul

Editorial

A quarta edição da Revista Quatro Águas tem o orgulho de carregar em suas páginas a reportagem especial sobre a consolidação e aprovação do Plano de Bacia de cada um dos quatro Comitês que integram esta publicação.

Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana vivem o desafio de executar ações e atingir as metas previstas para os próximos 15 anos.

Durante o desenvolvimento deste instrumento, a maior preocupação era atender as peculiaridades de cada região hidrográfica, por meio de um processo decisório participativo vivido em cada etapa.

Além disso, o Plano de cada comitê traz, entre outras, ações voltadas para a Segurança Hídrica e a Educação Ambiental, temas tão em voga neste ano de 2021 e que são tratados nas matérias desta edição da Revista Quatro Águas.

Sabemos que há muito o que fazer, mas integrando forças, ideias e iniciativas, agindo de maneira assertiva e com humildade para escutar os anseios da população, não há como errar.

Fique por dentro de nossas ações e vamos, juntos, mudar para melhor.

Tenha uma boa leitura!

Equipe Revista Quatro Águas

Expediente

Comitê Médio Paraíba do Sul

Presidente: Luís Felipe Cruz Lenz Cesar

Vice-presidente: Vinícius Azevedo

Secretário-executivo: José Arimathéa Oliveira

Diretores: Vera Lúcia Teixeira, Geovane Alves de Andrade, Daiane Moreira Valim
www.cbhmedioparaiba.org.br

Comitê Piabanha

Presidente: Erika Cortines

Secretária-executiva: Julieta Laudelina de Paiva

Diretores: Raimundo Antonio Lopes, José Paulo Soares de Azevedo, Laize Rafaelle Aguiar dos Santos e Rafaela dos S. Facchetti V. Assumpção
www.comitepiabanha.org.br

Comitê Rio Dois Rios

Diretor Presidente: Ocimar Alves Teixeira

Diretora Vice-presidente: Alessandra Assunção

Diretora Secretária-executiva: Mayná Coutinho Moraes

Diretores: Lícius de Sá Freire, Pércio Eugênio Portz e Vicente Bastos Ribeiro
www.cbhriodoisrios.org.br

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Diretor Presidente: Zenilson do Amaral Coutinho

Diretor Vice-presidente: Juarez Noé da Rocha

Diretor Secretário: João Gomes de Siqueira

Diretores Administrativos: Luiza Figueiredo Salles, Fernando Costa e Maurício Silva Zanon
www.cbhbaixoparaiba.org.br

Coordenação Técnica:

Contato: agevap@agevap.org.br – www.agevap.org.br

Endereço: Rua Elza da Silva Duarte, 48 (Loja 1A) – Manejo – Resende-RJ

Redação e reportagem: Monique Soares (Jornalista- Mtb 32497/RJ) –

Especialista Adm. Comunicação (Agevap)

Colaboração: Katyllin Kamay dos Santos Nunes- Estagiária de Comunicação – Sede

Rafael Gomes de Freitas- Estagiário de Comunicação – UD4

Núcleo de Revisão: Equipe CG Inea 01/2010

Imagens: Arquivo Agevap

Layout e Diagramação: Nicole de Abreu | Tikinet

Impressão: COAN Indústria Gráfica

Tiragem: 3000 exemplares



"A Revista Quatro Águas é uma publicação oficial dos 4 CBHs com periodicidade anual".

Índice

- 02 Saneamento Básico no RJ: o processo de concessão da Cedae
- 04 O Raio X do Esgotamento Sanitário: oficina analisa características dos 19 municípios do Médio Paraíba do Sul
- 06 Novos municípios são contemplados para receberem projetos de Esgotamento Sanitário
- 07 CBH-MPS cria Câmara Técnica de Educação Ambiental
- 08 Tecnologia e gestão: Comitê monitora rios na região com auxílio da sonda
- 09 Conheça o Comitê Médio Paraíba do Sul
- 10 Monitoramento de 32 pontos em afluentes do Rio Piabanha apresenta resultados
- 12 Comitê realiza capacitações e seminários online
- 13 Microbacia do Rio Vieira, em Teresópolis, é contemplada em programa de proteção de mananciais
- 14 Comitê lança o Portal SIGA Piabanha
- 15 Conheça o Comitê Piabanha
- 16 Comitês apresentam Novo Plano de Bacia para os próximos 15 anos
- 18 Programa de Segurança Hídrica é lançado pelo Governo do RJ
- 19 Aprovado novo sistema de repasse dos recursos hídricos
- 20 Gestão participativa com produtores rurais: microbacias de Barracão dos Mendes recebe programa de recuperação de mananciais
- 22 Conheça o novo GeoPortal do Rio Dois Rios
- 23 CBH-R2R novamente atrai recursos externos para investimento em esgotamento sanitário
- 24 Concurso de Curtas do Rio Dois Rios premia vencedores em sua primeira edição
- 25 Conheça o Comitê Rio Dois Rios
- 26 Comitê investe em tecnologia para automatização de cotas da Sala de Monitoramento
- 28 Assinado contrato para Elaboração dos Estudos de Alternativas para Segurança Hídrica dos Canais da Baixada Campista
- 29 Simpósio discute segurança hídrica na região do BPSI
- 30 Região do BPSI receberá três estações telemétricas para monitoramento de Lagoas na RH-IX
- 31 Conheça o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- 32 Atuação do FFCBH
- CEIVAP em ação – Verso da Contracapa

Saneamento Básico no RJ: o processo de concessão da Cedae

A edição passada da Revista Quatro Águas trouxe uma reportagem especial sobre o Novo Marco do Saneamento (Lei Federal 14.026/2020) que definiu novas diretrizes para a prestação de serviços no setor, especialmente para água e esgoto. O principal aspecto apontado na nova lei é a necessidade de atendimento das metas de universalização: até 2033, 90% do esgoto terá que ser coletado e tratado e 99% da população terá que ter abastecimento com água tratada.

Em entrevista concedida à Revista Quatro Águas, o secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, Nicola Miccione, explicou que “a concessão regionaliza-

da dos serviços de saneamento foi resultado do Marco Legal do Saneamento, que encerrou os contratos de programa (que têm de ser encerrados) e impede a existência de empresas de saneamento que não possuem viabilidade econômica e financeira para atingir a meta de universalização”.

As áreas geográficas de atuação da Cedae foram divididas em quatro blocos, leiloados separadamente. O leilão aconteceu em abril deste ano na Bolsa de Valores de São Paulo (*confira foto e vídeo*) e resultou na concessão de três dos quatro blocos ofertados, arrecadando R\$ 22,6 bilhões para o Estado do Rio de Janeiro.



Foto: Reprodução/B3 (vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KSRPpHrN-ms>)



Os grupos Aegea e Iguá venceram os leilões dos blocos 1, 2 e 4, formando três novas concessionárias (Águas do Rio 1 e 4 e Iguá). Os contratos foram assinados em agosto e em novembro as concessionárias assumiram integralmente os serviços, pelo prazo de 35 anos. O Bloco 3 foi o único que não atraiu propostas neste leilão realizado em abril. Para o secretário, o “aparente fracasso” acabou se tornando uma grande oportunidade.

“Originalmente havia seis municípios no Bloco e hoje são 20. O valor mínimo do ativo, que é a outorga, era de R\$ 908 milhões e hoje está em R\$ 2,6 bilhões e vai beneficiar próximo de três milhões de pessoas. O governo trabalha com um cronograma que prevê a realização do novo leilão em dezembro”, explicou Nicola Miccione.

Com este novo modelo, 35 municípios, incluída a capital, terão os serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto concedidos à iniciativa privada. A Cedae continuará uma empresa estatal, mas irá alterar sua atuação, passando a se concentrar em processos de produção de água potável, especialmente na Região

Metropolitana, onde será responsável pela captação e tratamento de água, que será vendida para as concessionária (além das três novas, existe ainda a concessionária Águas de Niterói). Ou seja, o governo vai vender a água para as concessionárias distribuírem à população.

Para o secretário da Casa Civil do Rio de Janeiro, “com a mudança de foco, a Cedae se tornará mais eficiente, ganhando valor de mercado, uma vez que passará a não registrar mais inadimplência, ganhando forte estabilidade financeira”.

Impacto para o Consumidor

O secretário afirmou que não haverá aumento real da tarifa, a não ser o da inflação setorial, pois “não serão aplicados índices que geram aumento da tarifa acima da correção dos salários, como por exemplo o IGPM, que nos últimos 12 meses acumula alta de 31,12%. Além disso, tarifa social, que hoje atende, nos 29 municípios, cerca de 0,37% dos consumidores, poderá chegar a 5% sem que haja qualquer impacto sobre as tarifas. Isso está garantido no contrato”.

Investimentos em infraestrutura

A concessão exige investimentos em infraestrutura de água e esgoto no valor de R\$ 30 bilhões durante os 35 anos de contrato, sendo R\$ 12 bilhões nos cinco primeiros anos. Neste modelo também é obrigatório o investimento mínimo de R\$ 1,86 bilhão na infraestrutura de favelas.

Melhoria socioeconômica

A concessão dos quatro blocos vai afetar a vida de mais de 13 milhões de pessoas. Para o secretário, “a concessão é o maior projeto de saneamento ambiental do Brasil e terá impactos em diversos setores da economia, como saúde, imobiliário, turismo e educação. Nos blocos já concedidos, as concessionárias gerarão estimados 24 mil empregos diretos e indiretos. Entre obras, manutenção, outorgas

e impostos, serão movimentados, diretamente mais de R\$ 108 bilhões em 35 anos”.

Qualidade da água e tratamento de esgoto

O projeto prevê que 6,3 milhões de pessoas que, hoje não têm acesso à coleta adequada de esgoto, passarão a ter os efluentes tratados. Prevê ainda que cerca de 1,5 milhão de pessoas que hoje não têm água tratada em casa passarão a ter acesso. De acordo com Nicola, haverá investimentos para combater e controlar a poluição nos rios e lagoas. “A Baía da Guanabara e a bacia do Rio Guandu receberão, juntas, R\$ 5,5 bilhões nos próximos 5 anos, além de R\$ 250 milhões no complexo lagunar de Jacarepaguá e Barra da Tijuca”, detalhou.

O projeto de concessão divide a Cedae em 4 BLOCOS, leiloados separadamente:

Bloco 1

Zona Sul do Rio de Janeiro

São Gonçalo · Aperibé · Miracema · Cambuci · Cachoeiras de Macacu · Cantagalo · Casimiro de Abreu · Cordeiro · Duas Barras · Magé · Maricá · Itaocara · Itabiraí · Rio Bonito · São Sebastião do Alto · Saquarema · São Francisco de Itabapoana · Tanguá

Bloco 2

Rio de Janeiro (Barra e Jacarepaguá)

Miguel Pereira · Paty do Alferes

Bloco 3*

Rio de Janeiro (Zona Oeste)

Bom Jardim · Bom Jesus do Itabapoana · Carapebus · Carmo · Itaguaí · Itatiaia · Macuco · Natividade · Paracambi · Pinheiral · Pirai · Rio Claro · Rio das Ostras · São Fidélis · São José de Ubá · Sapucaia · Seropédica · Sumidouro · Trajano de Moraes · Vassouras

Bloco 4

Rio de Janeiro (Centro e Zona Norte)

Belford Roxo · Duque de Caxias · Japeri · Mesquita · Nilópolis · Nova Iguaçu · Queimados · São João de Meriti

*Com a falta de interessados, o projeto do Bloco 3 foi reformulado e cresceu, com a inclusão de mais cidades. Leilão previsto para 29 de dezembro de 2021.

O Raio X do Esgotamento Sanitário: oficina analisa características dos 19 municípios do Médio Paraíba do Sul

O Comitê Médio Paraíba do Sul criou a Oficina RX do Esgotamento Sanitário, com o propósito central de fomentar os novos gestores municipais a conhecerem a realidade de seu município e identificar as maiores fragilidades e potencialidades de cada um deles sobre este tema. Em outubro de 2021 foi realizada a segunda edição da Oficina. A primeira ocorreu em 2017.

Histórico

Em 2017, a nova composição do plenário e do diretório identificou algumas fragilidades do sistema e falta de informações em relação ao esgotamento sanitário nos municípios. Foi criada então a Oficina RX do Esgotamento Sanitário, que teve sua primeira edição realizada em julho de 2017, durante 4 dias, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Pinheiral. Entre os objetivos da Oficina estão:

- ✓ Conhecer a realidade da situação do Esgotamento Sanitário dos 19 municípios da sua área de atuação;
- ✓ Estimular os governos municipais, em especial as novas equipes gestoras, a conhecerem em detalhes os dados referentes ao esgotamento sanitário de seu município;
- ✓ Conhecer as iniciativas já realizadas, em execução ou em fase de planejamento que cada município tem em relação ao tema;
- ✓ Criar um mecanismo de integração entre as instituições de ensino e pesquisa da região com os governos municipais baseado na temática do esgotamento sanitário;
- ✓ Criar um banco de informações sobre o status do esgotamento sanitário rural e urbano na área de atuação do Comitê.

Seu público-alvo é composto por representantes das universidades locais, a fim de os mesmos agirem como avaliadores do sistema e fomentarem dentro das universidades a geração de estudos aplicados, para resolução e/ou mitigação dos problemas enfrentados em cada município.

A oficina trabalha com ciclos de palestras, em que cada município expõe sobre esgotamento sanitário, compreendendo informações básicas do panorama do setor e a entrega do questionário com as informações mais completas.

As palestras incluem um período final de debate com os principais pontos levantados na apresentação do município. Para avaliar as palestras, o público recebe uma ficha modelo do questionário solicitado e glossário das informações solicitadas.

A primeira edição rendeu frutos...

A partir da oficina de 2017 foi gerado um relatório de situação que foi aprovado por meio da Resolução CBH-MPS nº 75/2018 (<http://cbhmedioparaiba.org.br/resolucoes/cbhmps/2018/75.pdf>). O relatório de situação está anexado a esta Resolução.



Em 2021 deu-se início o novo período de gestão nas prefeituras, após eleições municipais e, por isso, uma nova edição da Oficina foi realizada nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2021, em formato virtual e transmitida no canal do YouTube do Comitê Médio Paraíba do Sul. A oficina contou com a adesão de 68% dos municípios da Região Hidrográfica - 13 dos 19 municípios da área de atuação do CBH-MPS.



Durante as discussões nas oficinas, foram levantados os 13 principais desafios que o setor vem enfrentando em praticamente todos os municípios participantes. Dentre estes desafios estão: a necessidade de criação de agências reguladoras e conselhos de saneamento, como forma de cumprir o controle social previsto no novo marco legal, bem como a carência de cadastro de rede de água e esgoto, corpo técnico, projetos a nível executivo para sistemas de esgotamento e tratamento em áreas rurais (doméstica e em unidades produtivas).



O secretário do CBH-MPS, José Arimathéa Oliveira, destacou a vantagem de realizar esse evento pela segunda vez e ter a primeira edição como referência. “Destá vez temos a oportunidade de avaliar os dados comparando os coletados em 2017, na primeira oficina, e os apresentados neste ano de 2021. Isso nos ajudará a pautarmos nossos investimentos e ao mesmo tempo nos permitirá definir áreas de maior impacto ambiental para pesquisas e projetos futuros”, pontuou o secretário.



O próximo passo é o Comitê avaliar juntamente com as instituições de ensino e pesquisa, a possibilidade de reali-

zação de parcerias que viabilizem a construção de um Plano de Trabalho para execução das ações. O relatório final com todos os desafios levantados e as ações está previsto para publicação até o final de 2021.



“Esperamos ter uma atualização dos dados e a complementação de informações que propusemos aos municípios, para assim termos uma visão melhor dos desafios que temos a enfrentar em nossa região para alcançarmos a universalização do acesso à água e esgoto tratados”, destacou José Arimathéa Oliveira.



Os vídeos das oficinas podem ser acessados nos links abaixo:

Dia 01 – 05/10/2021

<https://www.youtube.com/watch?v=hrSveJMRR1s>



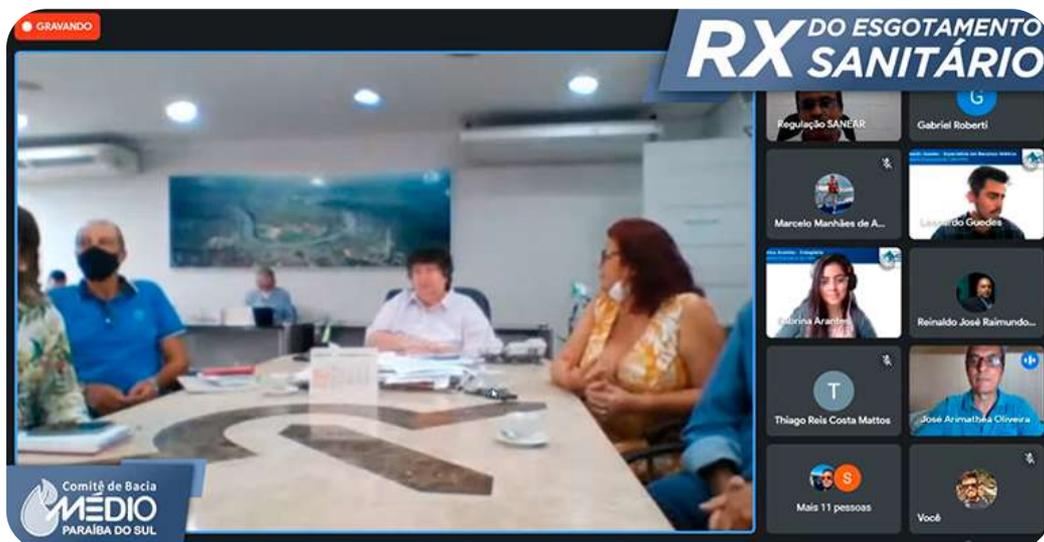
Dia 02 – 06/10/2021

<https://www.youtube.com/watch?v=kbZ84yiedZo>



Dia 03 – 07/10/2021

<https://www.youtube.com/watch?v=SatM9CsxPFY>



Novos municípios são contemplados para receberem projetos de **Esgotamento Sanitário**

Da área de atuação do Comitê Médio Paraíba do Sul, dois municípios iniciaram em 2021 o processo de elaboração de projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário: Porto Real e Quatis. A iniciativa do Comitê consiste na contratação de empresa para elaboração de projetos para os municípios. Com os projetos em mãos, o município pode se candidatar a editais para receberem as obras do setor. Rio Claro e Pirai também estão com os processos em andamento para contratação de empresa que ficará responsável pela elaboração de seus projetos.

Em julho de 2021, o Ato Convocatório nº 07/02021 definiu que a empresa Conduco Engenharia LTDA seria a responsável pelo projeto de Porto Real. Já o Ato Convocatório nº 08/2021 definiu que a empresa Sarsan Engenharia e Saneamento LTDA – ME é a responsável por elaborar o projeto de Quatis. Os valores investidos pelo Comitê nessas contratações são de R\$ 240 mil em Porto Real e R\$ 163 mil, aproximadamente, em Quatis.

Em 2019, o Comitê da Bacia da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) tornou público o **Ato Convocatório de Manifestação de Interesse nº 004/2019** para que municípios da área de atuação do Comitê, a Região Hidrográfica III, se candidatassem para receber projetos de sistema de esgotamento sanitário, afim de contribuir para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário urbano. Após avaliação de conformidade com as exigências do Edital e processo de hierarquização, Quatis e Porto Real foram dois dos contemplados.

Logo ao final de 2020 foi realizada uma transmissão ao vivo, promovida pelo Comitê, dando transparência ao procedimento de assinatura dos acordos de cooperação técnica entre o CBH-MPS e os municípios. Em seguida foi aberto o Ato Convocatório para a contratação da empresa, por meio de licitação, que ficará responsável pela elaboração do projeto em cada município.

Em Porto Real, foram contempladas duas localidades: Bulhões e Parque Mariana. Para o diretor do CBH-MPS e representante da Prefeitura de Porto Real, Geovane Alves de Andrade, “ser contemplado com a elaboração de projetos de esgotamento sanitário adianta o processo e nos ajuda na diminuição dos custos, além da expectativa de captação de recursos para a execução desses projetos, melhorando e ampliando os sistemas de coleta e tratamento de esgoto no município”.

A previsão é que os projetos, iniciados em setembro de 2021, sejam concluídos e entregues aos municípios em janeiro de 2023.



Print live



Print live

Para o vice-presidente do CBH-MPS, Vinícius Azevedo, o apoio do CBH-MPS é de grande importância aos municípios para elaboração de projetos que os auxiliem na captação de recursos para efetivar a coleta ou tratamento de esgoto sanitário. “Considerando o volume de recurso existente no comitê, essa é a melhor forma que encontramos em auxiliar os municípios da RH-III a melhorar seus índices de tratamento de esgoto. Com os projetos elaborados, é possível que os municípios busquem o recurso para execução dos mesmos junto ao FECAM, CEIVAP, Ministério das cidades entre outros órgãos” destacou o vice-presidente do Comitê.

Confira o vídeo com a Assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica



(<https://www.youtube.com/watch?v=cyZBKkJd0M>)

O que fazer para que o município tenha seu próprio projeto de SES?

Para serem contemplados com estudo de concepção, projeto básico e executivo e estudo ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário, os municípios devem aguardar o contato da Agevap, indicar as áreas que almejam receber o projeto e, por fim, cumprindo todas as regras, o Acordo de Cooperação Técnica é firmado.

Comitê cria Câmara Técnica de Educação Ambiental



Print - 1ª Reunião Extraordinária CTEA (15-07-2021)



Print - 1ª Reunião Ordinária CTEA (29-04-2021)

Promover estudos e pesquisas relacionados à Educação Ambiental e elaborar propostas nesse setor para toda área de atuação do Comitê Médio Paraíba do Sul. Estas são algumas das atribuições da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) criada pelo Comitê em fevereiro de 2021, por meio da Resolução CBH-MPS nº 101/2021 (<http://cbhmedioparaiba.org.br/resolucoes/cbhmps/2021/101.pdf>).



A CTEA é composta por seis membros titulares ou suplentes. Eles foram nomeados pelo Comitê a partir de indicações dos membros representantes dos segmentos que compõem o Comitê: Poder Público, Sociedade Civil e Usuários de Água. O mandato dos membros é de dois anos, coincidente com o mandato da Diretoria do Comitê Médio Paraíba do Sul. Além disso, segundo a Resolução, cada membro poderá indicar ao Secretário do Comitê um profissional que não pertence ao Comitê para compor a Câmara Técnica e contribuir em assuntos específicos e o mesmo terá direito a voz e voto.

A CTEA também possui um coordenador e um sub-coordenador, eleitos por seus membros, por maioria simples dos votos, na primeira reunião de cada período de sua vigência. O coordenador da CTEA, André Luiz Moreira, explicou que a criação desta Câmara Técnica surgiu a partir de uma das metas do Plano de Comunicação do Comitê que é a elaboração de uma proposta de Plano de Educação Ambiental.

“A criação da CTEA é de extraordinária importância em um momento em que as políticas públicas voltadas a proteções ambientais estão sendo desmontadas pelo governo federal. A consolidação do Plano de Bacias junto à CT de EA forjam esperanças e ações concretas quanto à proteção do nosso Vale do Paraíba”, ressaltou o coordenador.

Desde 2016 o CBH-MPS promove anualmente o **Simpósio Água Boa**, um evento que reúne palestras sobre a gestão dos recursos hídricos, dentro de um tema específico.

Em 2021 o tema foi **“Comunicação e Educação Ambiental: como ações de Comunicação podem ser uma ferramenta de EA”**.

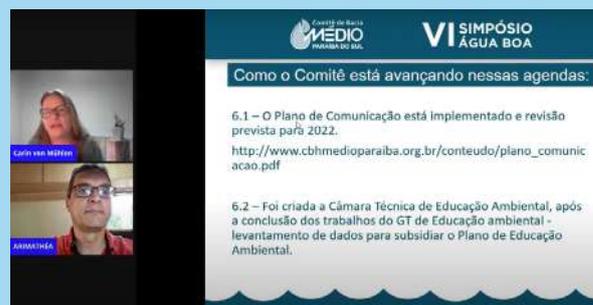


Imagem: Reprodução Youtube

O evento ocorreu na manhã do dia 22 de setembro e contou com a apresentação de quatro palestrantes e um período final aberto para debates. Todo o evento foi transmitido ao vivo pelo canal do Comitê Médio Paraíba do Sul no Youtube. Para ver como foi o evento, basta acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=dixcxKYe7Ko>





Tecnologia e gestão: Comitê monitora rios na região com auxílio de sonda

Com a crise hídrica ocorrida em 2014/2015 houve a redução da vazão dos rios, o que comprometeu a quantidade e a qualidade da água distribuída para a população. Especialistas afirmam que estamos prestes a viver uma nova crise hídrica no país. Diante desta realidade, o Comitê da Bacia da Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) priorizou em suas ações a aquisição de um equipamento específico, uma sonda, para a realização de um monitoramento das águas do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes em toda sua área de atuação.

De acordo com a coordenadora do Grupo de Trabalho de Monitoramento do CBH-MPS, Carin von Mühlen, a sonda permitirá a realização de um diagnóstico da qualidade da água em diferentes pontos da bacia. “Esta iniciativa servirá de base para o plano de monitoramento efetivo da situação da bacia e os efeitos positivos e negativos das ações futuras na região”, explicou a coordenadora do GT.

As práticas relacionadas ao monitoramento de qualidade de água incluem a coleta de dados e de amostras de água em locais específicos, feita em intervalos regulares de tempo, de modo a gerar informações que possam ser utilizadas para permitir uma avaliação adequada da qualidade da água.

Para o presidente do CBH-MPS, Luís Felipe Cruz Lenz Cesar, o trabalho de monitoramento é fundamental “não apenas para conhecermos a situação das nossas águas – o que já é muito importante, mas também para fortalecer o Comitê enquanto ator que tem efetivo protagonismo no seu território e promover o envolvimento de outros setores da sociedade nesse processo”.

O projeto de monitoramento das águas do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes desenvolvido pelo CBH-MPS está dividido em três fases:

Primeira fase: Diagnóstico Rápido – Aquisição de Sonda Móvel para a realização de campanhas de amostragem em pontos definidos pelo Comitê Médio Paraíba do Sul com objetivo quali-quantitativo.

Segunda fase: Diagnóstico Completo para enquadramento – Com base nas campanhas iniciais do diagnóstico serão realizadas análises completas de amostras com vistas ao enquadramento de trechos de cursos hídricos estaduais com objetivo quali-quantitativo. Nesta fase deverá ser desenvolvido ainda, o Plano de monitoramento da RH-III – Médio Paraíba do Sul.

Terceira fase: Monitoramento Contínuo – Com posse da sonda e Plano de Monitoramento o Comitê visa a aquisição de infraestrutura para montagem de laboratório móvel de análises para enriquecimento das bases de dados quali-quantitativos da região.

Para a viabilização dos trabalhos, foi realizada em março de 2021 a aquisição de uma sonda que será utilizada para o diagnóstico dos rios. O próximo passo é a capacitação das pessoas que farão o manuseio e a calibração desta nova ferramenta, previstos para 2022.

Para coordenar as ações do projeto, foi criado no Comitê o Grupo de Trabalho (GT) Monitoramento. De acordo com o GT, após a compra dos insumos necessários para a capacitação, serão formadas turmas para membros do CBH e técnicos envolvidos. Em 2022 serão realizados ainda estudos para definir os pontos de monitoramento onde será feito o diagnóstico inicial.

Primeira fase



- Diagnóstico Rápido
- Aquisição
- Amostragem



Segunda fase



- Diagnóstico Completo
- Análise completa de amostras
- Plano de monitoramento



Terceira fase



- Monitoramento contínuo
- Laboratório móvel
- Enriquecimento de dados

ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores e Comendador Levy Gasparian, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios e Mendes, inseridos parcialmente.

QUEM SOMOS:

Com sede no município de **Volta Redonda/RJ**, o Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul – CBH-Médio Paraíba do Sul foi instituído no dia **11 de setembro de 2008**, pelo Decreto Estadual nº 41.475, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.466/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da **Região Hidrográfica III (RH-III)** do Estado do Rio de Janeiro.



composição (2021-2025)

Plenária
30

Diretoria

Câmara Técnica Permanente
de Instrumentos de Gestão Legal

Câmara Técnica de Educação
Ambiental - CTEA

Grupos de Trabalho

- GT Acompanhamento do Contrato de Gestão
- GT Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos
- GT Monitoramento
- Grupo de Acompanhamento do Plano de Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (GAP)
- GT Assuntos Legislativos
- GT Regimento Interno

Instituições Titulares e Suplentes

● Fiperj ● INEA ● P.M. Barra do Pirai ● P.M. Valença ● P.M. Barra Mansa ● P. M. Volta Redonda ● P.M. Mendes ● P.M. Levy Gasparian ● P.M. Miguel Pereira ● P.M. Paraíba do Sul ● P.M. Pinheiral ● P.M. Itatiaia ● P.M. Pirai ● P.M. Resende ● P.M. Porto Real ● P.M. Quatis ● P.M. Rio Claro ● Secretaria de Estado de Defesa Civil ● P.M. Vassouras ● P.M. Rio das Flores

● Águas das Agulhas Negras S.A. ● INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB ● SAAEVR ● SANEAR ● CSN ● FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. ● SAAE BM ● CEDAE ● Light Energia S.A.

● ACAMPAR-RJ ● ADEFIMPA-RJ ● APEDEMA-RJ ● Associação Educacional Dom Bosco ● UNIFOA ● O NOSSO VALE! A NOSSA VIDA ● UERJ ● Associação Civil Vale Verdejante ● SOBEU ● IFRJ ● Crescente Fértil

10
Poder
Público

10
Usuários
de Água

10
Sociedade
de Civil

ENDEREÇO: Rua Cincinato Braga,
nº 221 Aterrado - Volta Redonda/RJ
CEP: 27.213-040

(24) 3337 5661

cbhmediops@agevap.org.br

@cbhmedioparaiba

www.cbhmedioparaiba.org.br

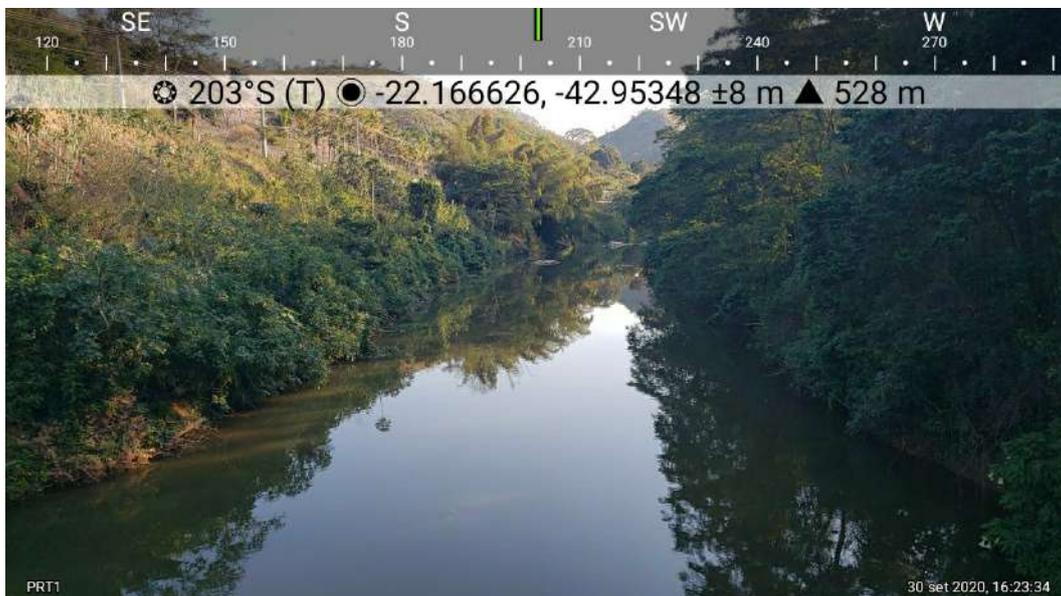


Monitoramento de 32 pontos em afluentes do Rio Piabanha apresenta resultados

A redução da cobertura vegetal na região hidrográfica IV é uma das principais preocupações do Comitê Piabanha. O fato ocorre como consequência da expansão dos centros urbanos. A poluição originada pelo crescimento populacional acaba afetando a qualidade das águas ano após ano. Por isso, em busca desta me-

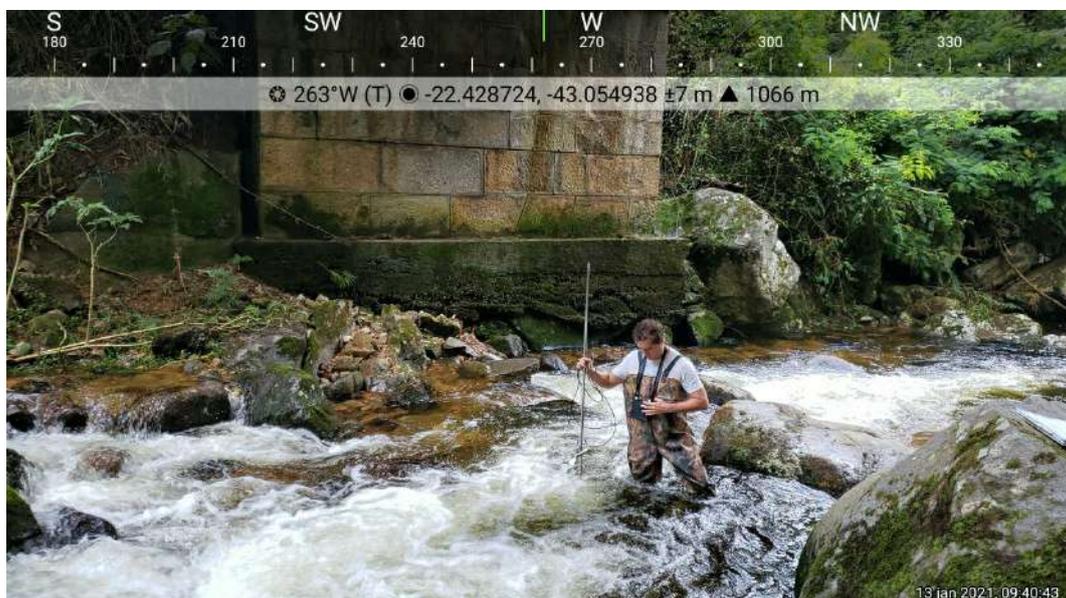
lhoria ambiental, o Comitê Piabanha decidiu por ampliar os trabalhos de monitoramento dos rios da região. Foram realizadas quatro campanhas, que são as fases de coletas de dados. O relatório com a análise dos resultados e conclusão sobre os trabalhos foi entregue em setembro de 2021.

A primeira campanha de monitoramento foi realizada entre os dias 29 de setembro e 02 de outubro de 2020. Nessa campanha foi realizado o monitoramento de variáveis físico-químicas para análise laboratorial.



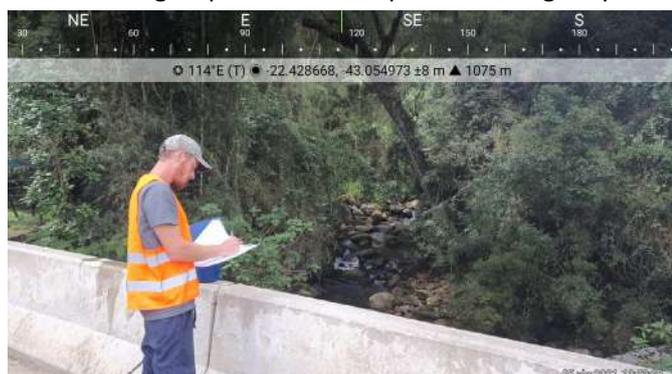
Primeira campanha de monitoramento realizada no Rio Preto. - Foto: Hydrosience.

A segunda campanha foi realizada em janeiro de 2021, e consistiu no monitoramento da qualidade de água e medição de vazão.



Medição de vazão realizada durante a segunda campanha de monitoramento. - Foto: Hydrosience

Na terceira campanha, realizada em abril de 2021, foi feita amostragem para análise de qualidade de água apenas.



Coleta realizada durante a terceira campanha de monitoramento. - Foto: Hydrosience

Já a quarta e última campanha, realizada do dia 23 de junho a 1º de julho de 2021, contou com análises de qualidade de água e medição de vazão.



Coleta realizada durante a quarta campanha de monitoramento. - Foto: Hydrosience

De acordo com os resultados apresentados no relatório entregue ao Comitê em setembro de 2021, foi possível identificar três principais áreas onde a qualidade da água

da Região Hidrográfica Piabanha (RH-IV) apresenta maiores concentrações de poluentes: a região da mancha urbana de Petrópolis, o ponto localizado em Areal, e a região urbana de Teresópolis. A obtenção dos resultados indicativos de piora da qualidade das águas nessas regiões, segundo o estudo, está relacionada, principalmente, às características de entorno em virtude de serem áreas mais urbanizadas, e à incidência de maiores índices de precipitação.

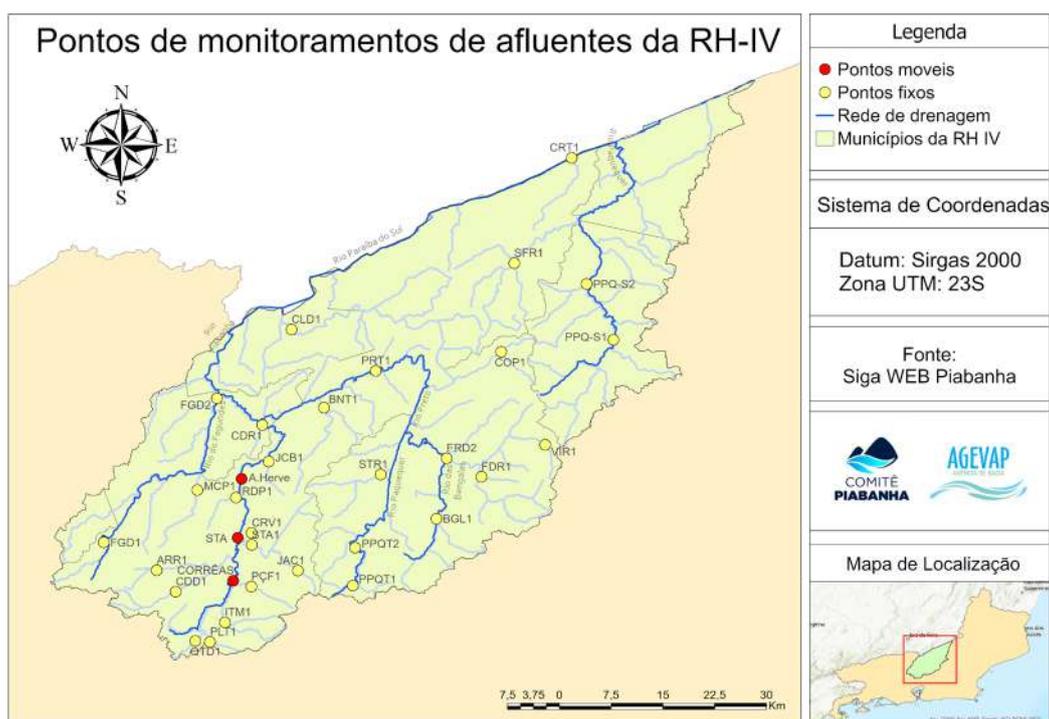
Ainda de acordo com o relatório feito pela empresa contratada para o monitoramento dos rios outro fator de degradação ambiental para qualidade de água da RH-IV diz respeito à atividade agrícola, mais evidente em determinadas sub-bacias analisadas pelo estudo. Esse fator foi evidenciado nas duas sub-bacias do Rio Preto, onde foram identificados níveis elevados de nitrato e nitrogênio total, que podem estar ligados ao uso de fertilizantes.

Um breve histórico

Visando embasar as discussões para o enquadramento dos corpos hídricos em classes, o Comitê Piabanha contratou em 2019 uma empresa especializada em coleta e análise de amostras de água e medição de vazões dos rios em sua área de atuação, a Região Hidrográfica IV. A contratação previa campanhas de campo para análises da qualidade (parâmetros físico-químicos e biológicos) e quantidade (medição de vazão) das águas, em nove pontos de amostragem fixos e um ponto móvel, totalizando dez locais, estabelecidos, principalmente, na calha principal do Rio Piabanha durante 12 meses, com coletas mensais em cada ponto.

Em 2020 o Comitê decidiu pela ampliação do monitoramento de rios, com o foco no levantamento de dados sobre a qualidade e quantidade em diversos rios afluentes dos cursos d'água principais da região. Com coletas trimestrais, foram 32 pontos amostrados, distribuídos por toda Região Hidrográfica.

O Monitoramento dos Rios é uma iniciativa que foi implantada pensando no Plano de Bacia, aprovado em 2021 e que será executado pelos próximos 15 anos a contar de 2022.



Mapa dos pontos de monitoramentos de afluentes da RH-IV. - Imagem: AGEVAP-UD2.

Comitê realiza capacitações e seminários online

Em 2021 as capacitações do Comitê Piabanha ganharam força e passaram a fazer parte da rotina de quem acompanha e atua nas atividades desenvolvidas pelo Comitê. Ao todo foram realizadas 12 capacitações. Entre os temas de destaque de 2021 estão:

- Gestão das águas subterrâneas: Diagnóstico do uso dos recursos hídricos subterrâneos na RH-IV
- Análise Ambiental do Território Quilombola Boa Esperança, Areal-RJ
- Cidades, Salvem Seus Rios: Articulação Entre Escolas e Rios
- Aspectos das águas subterrâneas na RH-IV (Piabanha)
- Treinamento Portal SIGA SIGA Web e Balanço Hídrico do Comitê Piabanha
- V Seminário de Saneamento do Comitê Piabanha - A interface entre o saneamento e o enquadramento dos corpos hídricos em classes de uso na Região Hidrográfica IV



Prints - Capacitação

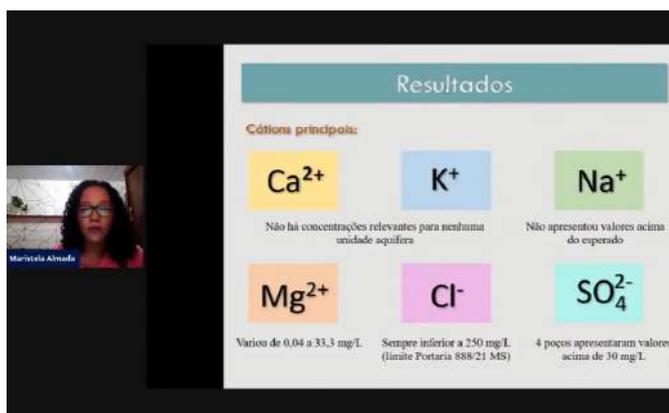
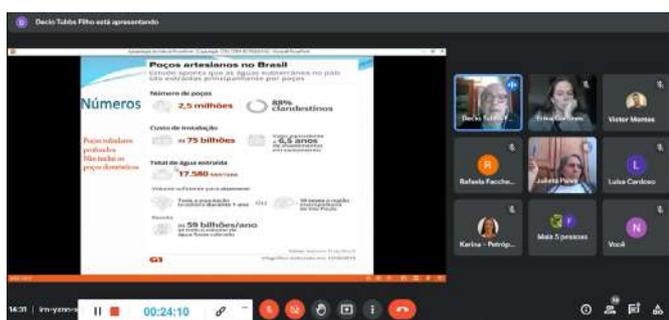
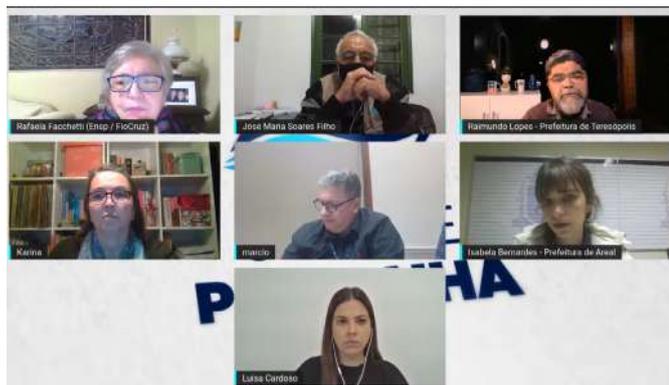
O Plano de Capacitação do Comitê Piabanha teve início em janeiro de 2020 e, no decorrer do ano foram realizadas diversas palestras temáticas, tendo recebido a aprovação dos membros e do público em geral, tanto em relação aos temas escolhidos quanto ao formato em que foi organizado, possibilitando a participação de pessoas de todo o país.

O Comitê Piabanha manteve o formato, definiu novos temas para 2021 e até 2023 tem a missão de colocar em prática seu Plano de Capacitação. O documento estabelece diretrizes para as ações de capacitação indicando os temas prioritários para o desenvolvimento do conhecimento dos membros e convidados do Comitê, visando potencializar o nível das discussões e trabalhos inerentes à gestão participativa dos recursos hídricos da área de atuação do Comitê.

As Capacitações do Comitê Piabanha já transmitidas online podem ser conferidas no canal do Comitê no YouTube, clicando no link <https://bit.ly/3BlzIPq>.



Já o Plano de Capacitação do Comitê Piabanha pode ser acessado no site <http://www.comitepiabanha.org.br/conteudo/planocapacitacao.pdf>



Destacam-se em 2021: a realização do V Seminário de Saneamento nos dias 20 e 27 de outubro, e 3 de novembro, desta vez com a temática: "A interface entre o saneamento e o enquadramento dos corpos hídricos em classes de uso na Região Hidrográfica IV", assim como o VI Encontro de Pesquisadores, realizado em conjunto com o "Encontro de saberes: restaurando ecossistemas, conectando vidas", em parceria com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Mosaico Central Fluminense, de 31 de novembro a 04 de dezembro.

Microbacia do Rio Vieira, em Teresópolis, é contemplada em programa de proteção de mananciais

Em 2021 o Comitê Piabanha indicou a microbacia do Rio Vieira para participar da primeira edição do Programa Mananciais do Ceivap, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Em agosto, a região foi selecionada, a partir de estudo de priorização de sub-bacias e microbacias realizado, para ser contemplada com as ações do programa, que tem como principais objetivos o incremento da disponibilidade hídrica e a melhoria da qualidade das águas do Paraíba do Sul e de seus afluentes.

No Estado do Rio de Janeiro, o programa Mananciais contemplou 4 microbacias. A do Rio Vieira, na área de atuação do Comitê Piabanha, possui 3.266,07 hectares de extensão territorial. Os critérios de seleção das microbacias levaram em consideração a criticidade ambiental de cada uma delas, áreas do manancial, a população atendida pelo ponto de captação, a degradação das áreas, densidade de nascentes, suscetibilidade à erosão (perda de solo), áreas prioritárias para restauração florestal, fragmentos florestais de vegetação nativa, a mobilização social, as ações de sindicatos e organizações de assistência técnica, ações e projetos de prefeituras, existência e/ou experiência logradas de outros projetos e a porcentagem de propriedades com cadastro ambiental rural.

A indicação da microbacia do Rio Vieira pelo Comitê foi oficializada por meio da Resolução CBH-Piabanha nº 68, de 15 de junho de 2021 (<http://comitepiabanha.org.br/resolucoes/2021/resolucao-68.pdf>).



A presidente do Comitê Piabanha destacou que “o programa trará inúmeros benefícios como proteção e recuperação de nascentes, aumento da produção hídrica nas zonas de cabeceira, gerando benefícios para toda a bacia a jusante, minimizando conflitos pelo uso da água”.

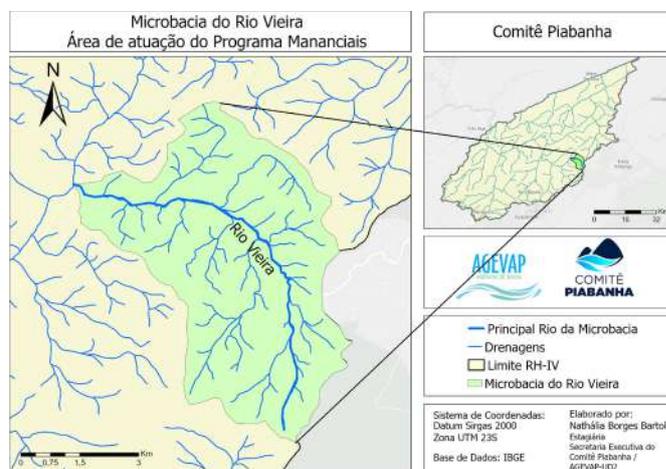
Erika Cortines acrescentou ainda que “além da recuperação dos mananciais, ações de saneamento e transição agroecológica auxiliarão na redução de efluentes domésticos e agrotóxicos lançados nos corpos hídricos, melhorando também a qualidade da água. Questões como melhoria das estradas rurais também devem ser foco de ação nas microbacias para melhor escoamento da produção rural”.

O Programa Mananciais será composto por Projetos Participativos de Incremento de Serviços Ambientais na Microbacia Alvo (PRISMAs), que, em resumo, são projetos

de diagnóstico e priorização de intervenções nas microbacias alvo, que serão definidas e hierarquizadas no âmbito de cada CBH. Cerca de R\$ 55 milhões serão destinados às intervenções ao longo de 15 anos.

Destaca-se que, para contribuir com o desenvolvimento do projeto na região, o Comitê Piabanha está desenvolvendo Acordos de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Teresópolis e também com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Sobre as parcerias, a presidente do Comitê destacou que “a integração entre atores será fundamental, principalmente da esfera pública municipal, órgãos de assistência técnica (que inclusive já atuaram na bacia ao longo do programa Riorural) e principalmente dos atores e associações locais. É muito importante o diálogo com a comunidade para que as ações contemplem as demandas reais de cada comunidade nas microbacias alvo”.



RESOLUÇÃO CBH-PIABANHA Nº 68, DE 15 DE JUNHO DE 2021.

“Dispõe sobre a aprovação da indicação da microbacia alvo na Região Hidrográfica IV (PIABANHA) para participação no 1º ciclo do Programa de Investimentos em Serviços Ambientais para a Conservação e Recuperação de Mananciais – Programa Mananciais do CEIVAP.”

Comitê lança o Portal SIGA Piabanha

A Região Hidrográfica IV (RH-IV), área de atuação do Comitê Piabanha, agora conta com uma plataforma digital, que reúne informações, com ferramentas de geolocalização e mapeamento, um grande banco de dados georreferenciados tanto sobre bacias hidrográficas, entre outros temas correlacionados. É o Portal SIGA Piabanha, um sistema integrado de gestão das águas, lançado em agosto de 2021 durante a 83ª Reunião Ordinária Plenária do Comitê.

O Comitê iniciou a implantação do SIGA Piabanha considerando ser uma ferramenta fundamental para a gestão e também para proporcionar aos membros e à sociedade

a disseminação de dados e informações referentes aos recursos hídricos na RH-IV.

O SIGA é um sistema que é dividido em módulos, contendo os produtos Balanço Hídrico, Sala de Situação, Observatório, Publicações, Plano de Aplicação Plurianual Online e a principal ferramenta, o SIGA Web, que é o módulo ligado especificamente a informações georreferenciadas da área de atuação do Comitê.

Acesse o SIGA Piabanha pela página inicial do site do Comitê ou diretamente pelo link: <https://sigaaguas.org.br/home/sigapiabanha/index.html>



Disponibiliza informações e indicadores sobre os municípios da região sobre toda a bacia de forma simples e intuitiva.

[Prints do Site](#)

ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Carmo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis e Três Rios, inseridos parcialmente.

QUEM SOMOS:

Com sede no município de Petrópolis/RJ, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 38.235, de 14 de setembro de 2005, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.461/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IV (RH-IV) do Estado do Rio de Janeiro.



composição (2017-2022)

Diretório Colegiado

Plenária
36

Câmara Técnica
Instrumentos de Gestão

Câmara Técnica
Mananciais

Câmara Técnica
Saneamento Básico

Grupos de Trabalho

- GT Plano de Bacia e Enquadramento
- Grupo de Acompanhamento ao Contrato de Gestão/GACS-Piabanha

Instituições Titulares e Suplentes

• PARNASO • INEA • P.M. Areal • P.M. Paraíba do Sul • P.M. Paty do Alferes • P.M. Petrópolis
• P.M. São José do Vale do Rio Preto • P.M. Sapucaia • P.M. Sumidouro • Prefeitura de
Teresópolis • P.M. Três Rios • P.M. Carmo • FIPERJ

• Águas do Imperador • CEDAE • COMDEP • FIRJAN • Transportes Única Petrópolis LTDA •
Werner Fábrica de Tecidos S.A.

• APEDEMA • Ass. Amigos e Colaboradores do Parque Nacional da Serra dos Órgãos •
ACAMPAR • ADEFIMPA • APEA • CDDH • CEFET • OMA-BRASIL • FESO • COPPE/UFRJ
NOVAMOSANTA • UFRRI-ITR • Projeto Araras • Ass. Vale do Mata Porcos • ACERDAT – RJ
UERJ • AMAVALE

ENDEREÇO: Rua Teresa, nº 1515 –
sala 114 - Hiper Shopping ABC
Alto da Serra – Petrópolis/RJ
CEP: 25.635-530

(24) 2237 9913

cbhpiabanha@agevap.org.br

@ComitePiabanha

www.comitepiabanha.org.br



Comitês apresentam Novo Plano de Bacia para os próximos 15 anos

Os desafios da implementação das ações voltadas para a melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade.

Documentar o cenário de cada região hidrográfica, com todos os seus problemas e peculiaridades, era apenas o início de um processo desafiador para Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Agora, o desafio passa por uma nova fase, a de implementação, de colocar o documento em prática pelos próximos 15 anos, a contar de 2022. A previsão é de que sejam investidos, ao longo deste período, aproximadamente R\$ 113 milhões, recursos esses da cobrança pelo uso da água nas respectivas regiões hidrográficas de abrangência dos Comitês.

Os representantes dos Comitês revelaram suas expectativas para essa fase de implementação. Para a diretora do Comitê Médio Paraíba do Sul, Vera Lúcia Teixeira, “espera-se que, após 15 anos de execução do plano, seja possível observar nos resultados dos indicadores apresentados, tanto o avanço da gestão da bacia, pelo aprimoramento dos instrumentos de gestão e pelas relações interinstitucionais, quanto o avanço da qualidade e disponibilidade de água nas regiões mais críticas da bacia”.

A diretora do Comitê Piabanha, Rafaela dos S. Facchetti V. Assumpção, espera que ao longo deste período o saneamento avance e a poluição por esgotos domésticos esteja reduzida a quase zero, para que outros parâmetros sejam trabalhados. “A minha expectativa é de, dentro desse horizonte, termos enquadrado todos os corpos hídricos da bacia e estar caminhando para a segunda revisão da meta de classe, ou seja, estar atingindo uma classe de melhor qualidade”, acrescentou Rafaela.

Já Lício de Sá Freire, diretor administrativo do Comitê Rio Dois Rios, contou que espera que ao final destes 15 anos, “o novo plano apresente novos desafios e que todos ou boa parte dos desafios atuais estejam superados”.

O diretor do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, João Gomes de Siqueira, ressaltou que, para ele, o plano “vai mudar substancialmente o papel do Comitê e esperamos que mude definitivamente a realidade dos nossos recursos hídricos, da nossa gestão de recursos hídricos”.

Em 2021, os Comitês Afluentes aprovaram seus respectivos Planos de Bacia. Este momento histórico, documentado por meio de Resolução que carrega a data de aprovação, aconteceu durante as reuniões plenárias de cada CBH:

- Comitê Médio Paraíba do Sul – Resolução CBH-MPS nº 100 de 24 de março de 2021.
- Comitê Piabanha – Resolução CBH-Piabanha nº 66 de 26 de março de 2021.
- Comitê Rio Dois Rios – Resolução CBH-R2R nº 73 de 04 de março de 2021.
- Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – Resolução CBH-BPSI nº 41 de 05 de abril de 2021.



Aprovação do Plano de Bacia CBH-MPS

Aprovação Plano de Bacia CBH-BPSI

Aprovação Plano de Bacia CBH-R2R

Aprovação Plano de Bacia Comitê Piabanha

Já a aprovação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS) ocorreu durante a 2ª reunião extraordinária do ano (Ver vídeo em <https://www.youtube.com/watch?v=snJ7xB5lvBM>) realizada pelo Ceivap, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.



Foto: Arquivo Ceivap/Agevap

Para a Gerente em Recursos Hídricos da Agevap, Marina Assis, “a elaboração do PIRH-PS e planos das bacias afluentes modernizou a concepção dos planos, com a definição de um programa de ações realista do ponto de vista de orçamento e estruturado em novas ações, bem como alinhado com projetos existentes. Agora iniciaremos o maior

desafio que será a implementação dos planos, a manutenção da aproximação entre a entidade delegatária, comitê e órgãos gestores, desenvolvida ao longo da elaboração dos planos, possibilitará um resultado muito promissor.”

A possibilidade de ter um plano que retrate as especificidades de cada região hidrográfica foi destacada pela presidente do Comitê Piabanha, Erika Cortines:

“Ter dados e metas específicas para nossa região permite uma maior efetividade das ações e garante melhorias reais e aplicáveis, pois estamos trabalhando com informações que refletem a realidade local e não com adaptação de outras realidades”, disse Erika.

Integração: Planejamento e gestão participativa

O processo de elaboração do PIRH-PS e dos Planos afluentes foi orientado para a integração do planejamento na bacia do rio Paraíba do Sul, que contribuirá para maior facilidade operacional das ações e otimização dos recursos humanos e financeiros da bacia, permitindo o fortalecimento do processo decisório participativo.

Carin von Mühlen, Coordenadora do Grupo de Trabalho Plano de Bacia do Comitê Médio Paraíba do Sul, ressaltou a construção colaborativa do Plano:

“Nesse processo, os atores envolvidos tiveram tempo de estudar o diagnóstico da bacia e conhecer seus principais problemas e contribuir na construção das prioridades que irão nortear as ações futuras. Esse processo de pactuação interinstitucional foi muito importante na construção de um processo de Gestão participativa e integrado para curto, médio e longo prazo”, declarou Carin.

Para o diretor administrativo do Comitê Rio Dois Rios, Lício de Sá Freire, este novo Plano de Bacia representa um marco para o Comitê:

“Foi um processo de construção participativa realizado a partir das bases da região hidrográfica. E isto se reflete na maior acurácia com relação aos problemas existentes assim como suas soluções exequíveis”, destacou Lício.

A elaboração dos Planos também foi acompanhada por meio de Grupo de Trabalho (GT Plano) em cada um dos Comitês, que tiveram como missão acompanhar, avaliar e contribuir com os relatórios elaborados pela empresa contratada, além de consultar e repassar o desenvolvimento do trabalho para as suas respectivas plenárias.

Além disso, no âmbito do PIRH-PS, foi constituído Grupo de Trabalho Ampliado (GT Plano Ampliado) formado pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho de cada Comitê e representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos (ANA, Inea, SEAS, Igam, DAEE), do CEIVAP e da AGEVAP, de forma a consolidar a integração na elaboração dos sete planos.

Contexto e processo evolutivo

O Plano de Bacia, um dos instrumentos da Gestão de Recursos Hídricos, é um documento balizador que define ações estratégicas em recursos hídricos de uma determinada região, com base em seu diagnóstico e prognóstico. Este instrumento propõe ações e metas para minimizar conflitos potenciais ou existentes pelo uso da água, tendo em vista os múltiplos interesses dos Usuários, do Poder Público e da Sociedade Civil organizada.

O processo de construção dos Planos foi dividido em três fases:

- **Fase I:** Complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS);
- **Fase II:** Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes fluminenses e mineiras;
- **Fase III:** Consolidação da Integração entre o PIRH-PS e os Planos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes e a elaboração de Manual Operativo (MOP) integrado.

Da teoria para a prática

A definição de indicadores e métricas de acompanhamento do Plano de Bacia constitui em uma etapa de extrema importância. É através do acompanhamento destes indicadores que será efetivamente medido e acompanhado o avanço de um Programa de Ações.

Para Carin von Mühlen, do Comitê Médio Paraíba do Sul, a construção de indicadores também auxilia muito no acompanhamento das ações do Comitê pela sociedade. Ela destacou ainda a importância deste acompanhamento para a garantia da efetividade das ações e focar na melhoria dos recursos hídricos da região.

“Antes do Plano de bacia os investimentos eram realizados de forma pulverizada, através de editais amplos, sem poder-se avaliar a efetividade das ações na bacia. Após o Plano, os recursos serão direcionados às regiões mais críticas da bacia, de forma mais integrada com o órgão gestor, CEIVAP e demais comitês da bacia como apresentado no Manual Operativo Integrado”, explicou Carin.

Para a secretária executiva do Comitê Piabanha, Julieta Laudelina de Paiva, “o Plano foi muito bem elaborado e suas diretrizes para a Bacia foram propostas de maneira atenciosa pelos membros do Comitê a partir das prioridades”.

“Participar da construção dos Planos nos deu a dimensão de que o maior desafio será a implementação”, destacou a gerente do Contrato de Gestão Inea 01/2010 da Agevap, Raissa Guedes. “Teremos de observar o que foi pactuado de forma participativa e nos organizar estrategicamente, Comitês, AGEVAP, órgãos gestores e demais atores, para a realização das ações definidas, especialmente as ações integradas, acompanhando de perto os indicadores de cada uma delas”, pontuou a gerente.

Confira como ficaram os Planos de Bacia

Plano de Bacia MPS

<http://cbhmedioparaiba.org.br/resolucoes/cbh-mps/2021/100-plano.pdf>



Plano de Bacia Piabanha

http://www.comitepiabanha.org.br/conteudo/arq_pubMidia_Processo_030-2018_PFO5_PIAB.pdf



Plano de Bacia R2R

<http://www.cbhriodoisrios.org.br/conteudo/PFO5-Plano-Consolidado.7z>



Plano de Bacia BPSI

<http://www.cbhbaixoparaiba.org.br/conteudo/PFO5-Plano-Consolidado.7z>



Programa de Segurança Hídrica é lançado pelo Governo do RJ



Pensando no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2021 foi lançado pela Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (Seas), em parceria com o Inea (Instituto Estadual do Ambiente), o Programa Estadual de Segurança Hídrica (Prosegh), um instrumento de organização de ações, projetos e programas.



Arte: Divulgação SEAS

De acordo com a Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da SEAS, Ana Asti, o Prosegh foi estruturado a partir de quatro componentes: Planejamento, Oferta Hídrica, Qualidade Ambiental e Riscos Associados à Água.

“Estes componentes se desdobram em um conjunto de ações e/ou projetos que materializam soluções para os problemas relativos: ao planejamento e aprimoramento da gestão de recursos hídricos; à oferta hídrica; qualidade ambiental; e, riscos associados às águas, com foco nas secas e inundações, acidentes ambientais, bem como na proteção de infraestruturas hidráulicas”, explicou a subsecretária.

O principal instrumento de planejamento do Prosegh, e que está em fase de desenvolvimento, é o **Plano Estadual de Segurança Hídrica (Peshi)**. Ana Asti esclareceu que “o Plano objetiva fornecer um instrumento de planejamento estratégico e de gestão que permita identificar os

principais problemas atuais e/ou potenciais relacionados à segurança hídrica estadual, e subsidiar a implementação das principais intervenções, medidas e ações estruturais e não-estruturais, de natureza estratégica e relevância regional, para garantir a oferta de água para os usos múltiplos e a qualidade ambiental, além de reduzir os riscos associados aos eventos extremos de secas e inundações, aumentando a Segurança Hídrica do estado do Rio de Janeiro”.

A subsecretária afirmou ainda que os critérios para a priorização serão definidos ao longo do desenvolvimento do plano. Hoje, as regiões hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana já contam cada uma com seu próprio Plano de Bacia que iniciará sua execução em 2022.

Segundo Ana Asti, a elaboração do Plano de Segurança Hídrica do Estado tem levado em consideração os Planos de Bacia. Ela explicou que “na elaboração do plano, todos os níveis de planejamento serão considerados tanto na fase de diagnóstico como na fase da elaboração do plano de ações, o que inclui os planos de bacias hidrográficas”.

Portanto, de acordo com a subsecretária, a participação dos Comitês na elaboração do Plano de Segurança Hídrica do Estado é fundamental e se iniciou na fase de elaboração do termo de referência para a contratação de empresa de consultoria para elaboração do Peshi. “Na ocasião, foi enviado um ofício a cada um dos CBHs fluminenses e solicitado que, com base no conceito de segurança hídrica, eles identificassem as ações já existentes em seus planos que tinham relação com segurança hídrica. De maneira complementar realizou-se a primeira capacitação como foco nos funcionários das delegatárias e alguns membros dos comitês com o objetivo de interiorização do tema nos comitês além de otimizar sua participação ao longo da elaboração do Peshi, que serão apresentados em reuniões no âmbito do CERHI-RJ”, explicou Ana Asti.

No que diz respeito aos pontos mais críticos no Estado o Peshi prevê a concepção de um índice de segurança hídrica (ISH-RJ) que será construído a partir da proposição de indicadores de segurança hídrica. Tais indicadores serão escolhidos ao longo do desenvolvimento do plano, permitindo que o ISH-RJ seja constituído por métricas capazes de quantificar o grau de Segurança Hídrica em âmbito estadual. Então, a partir do ISH-RJ será possível conhecer e mapear os pontos mais sensíveis no estado.

“Cada indicador será formado por uma combinação de variáveis ou atributos mensuráveis. Os indicadores serão fundamentais para implementação do plano, servindo de ferramenta de acompanhamento e monitoramento da qualidade da Segurança Hídrica do Estado”, pontuou Ana Asti.

Saiba mais sobre o Prosegh:

http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/FINAL_PROSEGH_004_SITE.mp4?_=1





Aprovado novo sistema de repasse dos recursos hídricos

Em março de 2021 foi alterado o método de repasse dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água no Estado do Rio de Janeiro. A alteração se deu a partir da publicação do Decreto nº 47.504

de 5 de março de 2021. O documento alterou o Decreto nº 35.724/2004 que regulamentava o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) e disciplinava o repasse de recursos financeiros.

Principais mudanças com esse novo método de repasse:

O que mudou?	Como era?
Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água passam a ter seu repasse automático, em até 60 dias após serem arrecadados.	Os recursos eram solicitados por programa/projeto previsto no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos Comitês.
Implementação de prazo máximo de envio dos PAPs para apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI/RJ). <i>Com o novo decreto os PAPs devem ser encaminhados até 30 de junho do exercício anterior à sua vigência.</i>	Esses instrumentos eram apreciados a qualquer tempo pelo Conselho após deliberação dos Comitês.

O repasse de recursos está previsto na Lei Estadual nº 5.639/2010, que dispõe sobre os contratos de gestão firmados entre o órgão gestor e executor da Política Estadual de Recursos Hídricos e entidades delegatárias de funções de Agência de Água.

Entendendo as relações:

O documento norteador da relação órgão gestor, comitês de bacia e entidade delegatária é o Contrato de Gestão, notadamente o Contrato de Gestão (CG) INEA nº 01/2010 no caso dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Sendo assim, para que o CG atualizasse e regulamentasse a forma de repasse dos recursos, bem como os demais dispositivos do decreto, foi necessária a formalização de um termo aditivo – o XIII Termo Aditivo (TA) ao

CG INEA nº 01/2010. Sua publicação é recente, de 16 de setembro de 2021.

Acesse o TA na íntegra em http://agevap.org.br/downloads/termo-aditivo-CG13-01_2010.pdf

Curiosidade:

O contrato de gestão celebrado entre o órgão gestor federal, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a entidade delegatária, a AGEVAP – que é a mesma dos comitês intervenientes ao CG INEA nº 01/2010, e o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) já utiliza essa metodologia de repasse dos recursos desde sua primeira versão que data de 2004.



Vista Panorâmica da microbacia de Barracão dos Mendes (Foto: André Bohrer Marques)

Gestão Participativa com produtores rurais: microbacia de Barracão dos Mendes recebe programa de recuperação de mananciais

A microbacia de Barracão dos Mendes foi selecionada para ser contemplada pela primeira edição do Programa Mananciais do Ceivap, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O anúncio foi feito em agosto e os principais objetivos deste Programa são o incremento da disponibilidade hídrica e a melhoria da qualidade das águas do Paraíba do Sul e de seus afluentes.

A microbacia do Barracão dos Mendes foi escolhida, através de critérios técnicos, pelo Comitê Rio Dois Rios para iniciar o projeto. O processo teve o acompanhamento dos parceiros, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, via Secretaria Municipal de Agricultura, e a Emater, que possuem vasto conhecimento sobre a região hidrográfica como um todo.

As microbacias selecionadas nesta fase receberão os Projetos Participativos de Incremento de Serviços Ambientais (PRISMAs), elaborado em parceria com a comunidade local, objetivando a melhoria dos recursos hídricos na área. Serão investidos R\$ 2,5 milhões de recursos do CEIVAP para a execução das intervenções prioritárias apontadas pelos PRISMAs em cada uma das microbacias ao longo de 15 anos.

No Estado do Rio de Janeiro, o programa Mananciais contemplou 4 microbacias. A de Barracão dos Mendes, na

área de atuação do CBH-R2R, possui 2.797,24 hectares de extensão territorial. Os critérios de seleção das microbacias levaram em consideração a criticidade ambiental de cada uma delas, áreas do manancial, a população atendida pelo ponto de captação, a degradação das áreas, densidade de nascentes, suscetibilidade à erosão (perda de solo), áreas prioritárias para restauração florestal, fragmentos florestais de vegetação nativa, a mobilização social, as ações de sindicatos e organizações de assistência técnica, ações e projetos de prefeituras, existência e/ou experiência logradas de outros projetos e a percentagem de propriedades com cadastro ambiental rural.

O representante da EMATER-RIO no Comitê Rio Dois Rios, Gerson Yunes, considerou importante enfatizar que “a crise hídrica é grave e que há necessidade de ações urgentes, especialmente relativas ao setor agrícola, que é o maior consumidor de água”.

Ele explicou ainda que está prevista uma oficina de sensibilização e capacitação, com excursão técnica, das famílias agricultoras para mudança de sistema de produção. “Além da ampliação dos sistemas de saneamento rural, haverá ações em parceria para adequação ambiental de estradas vicinais. Também será fundamental a adoção de sistemas de irrigação de baixa vazão, como o gotejamento e a microaspersão”, disse Gerson Yunes.



Diretor Presidente, Ocimar Teixeira, apresentando o Programa Mananciais na reunião do Conrural (Conselho das Associações de Produtores Rurais de Nova Friburgo).

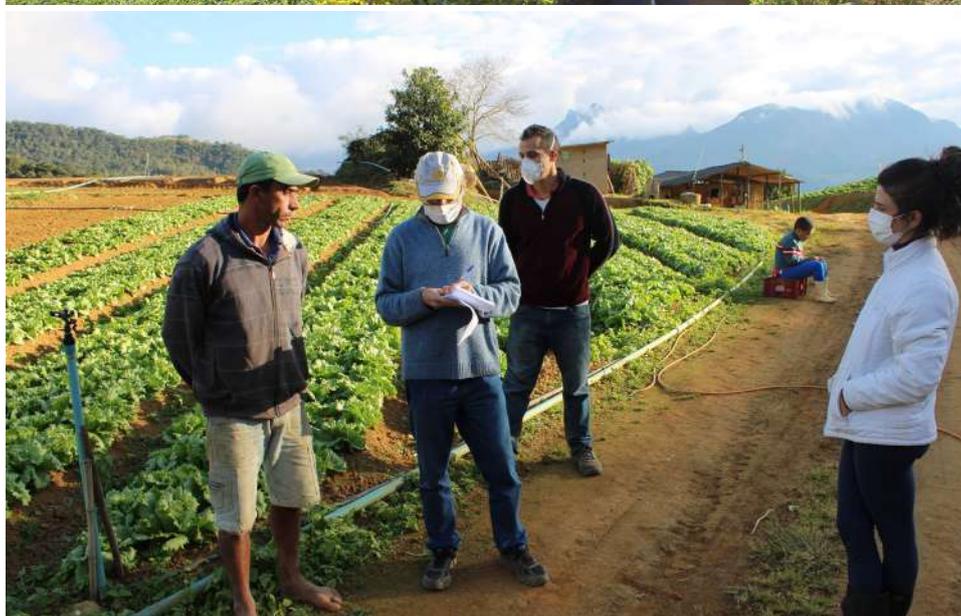


Diretor-presidente, Ocimar Teixeira, em reunião da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Rio Grande (Barracão dos Mendes) esclarecendo o Programa Mananciais.

O diretor-presidente do Comitê Rio Dois Rios, Ocimar Teixeira, destacou a satisfação e alegria do Comitê e instituições parceiras de poder trabalhar este retorno para os produtores agrícolas da região. “É um recurso que vai atingir diretamente os agricultores e os nossos mananciais dentro da nossa bacia hidrográfica do Rio Dois Rios”, destacou o diretor-presidente.

Sobre os PRISMAS:

Os Projetos Participativos de Incremento de Serviços Ambientais (PRISMAs) são projetos de diagnóstico e priorização de intervenções nas microbacias alvo, que serão definidas e hierarquizadas no âmbito de cada CBH.

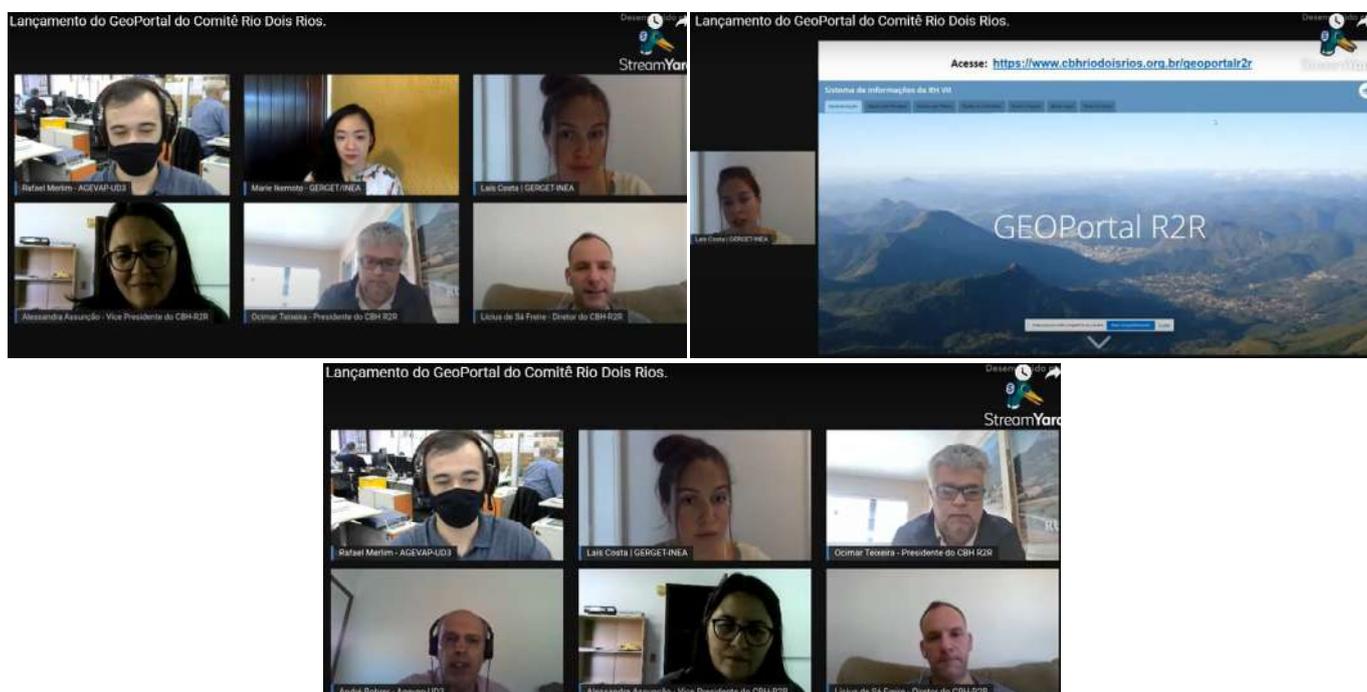


Membro do CBH-R2R, Gerson Yunes (Emater), em visita de campo em Barracão dos Mendes.

Conheça o novo GeoPortal do Rio Dois Rios

A Região Hidrográfica VII (RH-VII), área de atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios (CBH-R2R) agora conta com seu próprio GeoPortal. A plataforma digital tem como objetivo contribuir para a gestão ambiental e dos recursos hídricos da região, visto que os municípios e demais instituições que atuam na região terão acesso a dados técnicos, o que irá ajudá-los em seus processos de tomada de decisão, como por exemplo no âmbito do licenciamento e fiscalização.

O lançamento do GeoPortal foi realizado através de um webinar, promovido pelo CBH-R2R no dia 14 de outubro. Durante toda a tarde, membros do Comitê e demais parceiros no desenvolvimento do site se apresentaram falando do processo de desenvolvimento do projeto e explicaram todo o contexto da iniciativa. O público participou enviando mensagens nos comentários do vídeo no canal e instituindo assim um debate generalizado. O evento pode ser assistido no canal do Comitê Rio Dois Rios no Youtube (<https://bit.ly/3B9XpKo>).



Prints da live

Os dados a serem disponibilizados no GeoPortal poderão servir como fonte de dados para estudos acadêmicos e pesquisas, visto que pretende reunir informações técnicas, estudos realizados na região, trabalhos científicos, entre outras informações relevantes sobre toda a região do Rio Dois Rios.

No evento de lançamento, a vice-presidente do Comitê Rio Dois Rios, Alessandra Assunção, afirmou que “o GeoPortal é uma ferramenta muito importante na gestão da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios porque além de concentrar as ações do Comitê também concentra dados espaciais de diversos órgãos, como pesquisas realizadas na região, ou seja, é uma base de informações”. Ela acrescentou que “vai facilitar a celeridade das análises de processos de licenciamento ambientais, e os municípios que não licenciam poderão fazer uso do portal para ajudar na gestão ambiental”.

A vice-presidente também ressaltou ainda a participação de todos na construção desta iniciativa. “O Comitê, sendo um órgão colegiado, cada um contribuiu, dentro de

sua área de conhecimento, para que a gente lançasse esta ferramenta. Uma ferramenta de uso coletivo e que ficará à disposição para a gestão ambiental e a gestão desta bacia hidrográfica”, pontuou a vice-presidente.

O novo GeoPortal do Comitê Rio Dois Rios está disponível em <https://www.cbhriodoisrios.org.br/geoportalr2r>.



Histórico

Em 2020, o CBH-R2R, através de sua secretaria executiva, a AGEVAP, assinou um Acordo de Cooperação Técnica com O Inea visando principalmente consolidar as informações técnicas e geoespaciais, ampliando os conhecimentos sobre a região hidrográfica em que o Comitê atua. A iniciativa integra o Projeto Diagnóstico e Intervenção que incluía a criação do GeoPortal. O Comitê entendeu a importância de desenvolver essa etapa do Projeto em articulação com o Inea, valendo-se da parceria e expertise da Gerência de Gestão do Território e Informações Geoespaciais (GERGET).

CBH-R2R novamente atrai recursos externos para investimento em esgotamento sanitário

A região hidrográfica do Rio Dois Rios avança cada vez mais na universalização do saneamento. O Comitê da Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios (CBH-R2R), novamente, em parceria com os municípios de sua área de atuação, conseguiu atrair recursos externos para implementação de projetos, garantindo investimentos expressivos para o esgotamento sanitário da região.

O município de São Fidélis foi contemplado para receber aproximadamente R\$ 15 milhões em investimentos provenientes do PROTRATAR - Programa de Tratamento de Águas Residuárias, do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, o CEIVAP, que serão destinados para a execução da obra prevista no projeto. O resultado, segundo a equipe envolvida, é fruto de muito trabalho e empenho, tanto do CBH-R2R via sua secretaria Executiva, quanto do município via secretaria

de Meio Ambiente e de Planejamento. A publicação feita pelo Ceivap pode ser conferida no link <https://ceivap.org.br/downloads/edital-01-2021-result-final-class.pdf> onde consta o quadro com as obras financiadas e os valores repassados pelo PROTRATAR IV.

A cerimônia que oficializou a entrega do projeto ao município, o mesmo utilizado para a candidatura ao PROTRATAR, aconteceu em 30 de novembro de 2021 (foto). O Diretor Presidente do CBH-R2R, Ocimar Teixeira, se reuniu com o vice-prefeito de São Fidélis, José Willian, para entregar o projeto financiado pelo CBH R2R. Também estiveram presentes, a secretária de meio ambiente, Jadária Raposo, e o secretário de planejamento, Jamilton Serpa. O vídeo está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=rMnj0MfJOHQ>.



Da esq. p/ dir.: Jamilton Serpa (Planejamento); Jadária Raposo (Meio Ambiente); Ocimar Teixeira (Presidente CBH-R2R) e José Willian (Vice-Prefeito de São Fidélis).

Em 2019, o CBH-R2R, em parceria com o município de Santa Maria Madalena, já havia conseguido garantir um total de quase R\$18 milhões pelo PROTRATAR do Ceivap. O Programa de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do CBH-R2R prevê o financiamento de projetos executivos de esgotamento sanitário para os municípios da área de abrangência do Comitê, e na sequência, apoio para editais que financiam as respectivas obras, como este, do PROTRATAR.

Em 3 anos, portanto, o Comitê conseguiu alavancar investimentos em esgotamento sanitário que totalizam aproximadamente R\$33 milhões. Para uma região hidrográfica de baixa arrecadação, como a do Rio Dois Rios que não atinge R\$1,5 milhão anual, o montante de recursos para investir em esgotamento é equivalente a 22 anos de arrecadação pela cobrança pelo uso da água na região. Para o Comitê, os números traduzem ótimos resultados em gestão dos recursos hídricos na temática de saneamento.

Realização



Concurso de Curtas

Apoio



Concurso de Curtas do Rio Dois Rios premia vencedores em sua primeira edição

Em março de 2021, foi lançada pelo Comitê Rio Dois Rios a primeira edição do Concurso de Curtas, para a seleção de obras audiovisuais na modalidade curta-metragem, com o tema "Os recursos hídricos e a sociedade", na categoria documentário. O resultado do con-

curso foi divulgado em agosto. Foram premiados os três primeiros colocados. O primeiro com um aparelho celular smartphone; o segundo com um notebook; e o terceiro com um tablet.

Os premiados foram:

CLASSIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO	TÍTULO DO VÍDEO INSCRITO	QR CODE
1º lugar	MAYCON SAVIOLE DA COSTA	RIO DOIS RIOS EM VERSO E PROSA	
2º lugar	MAYCON SAVIOLE DA COSTA	SOFIA NO CAMINHO DAS ÁGUAS	
3º lugar	ALEXANDRE AMARAL DE ARAÚJO FILHO	SUSTENTABILIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOIS RIOS NO ESTADO DO RJ	

Tabela: Edital nº 02/2021 - Agevap

De acordo com o edital de lançamento (<http://agevap.org.br/conteudo/edital-02-2021.pdf>), poderiam ser inscritas obras de até 30 minutos de duração, fazendo referência a participação no Concurso, constando os logotipos do CBH-R2R e da AGEVAP na abertura ou no conteúdo dos créditos. O curta produzido poderia ainda utilizar imagens originais próprias ou retiradas do filme do CBH-R2R denominado "O caminho das águas – Do Caledônia a Atafona" disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vmsycsdYX7U>.

A ideia de aproveitar o conteúdo do filme é para tentar aumentar o potencial de comunicação deste material ao transformá-lo em curtas de poucos minutos, segundo o diretor administrativo do Comitê, Vicente Bastos Ribeiro.

Em função da Pandemia, não houve uma cerimônia de entrega e exibição dos filmes. A entrega dos prêmios, no entanto, foi realizada através de um encontro com os representantes dos filmes premiados e os filmes estão disponibilizados no canal do CBH-R2R no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=RIX0yylc7AY&t=257s>).

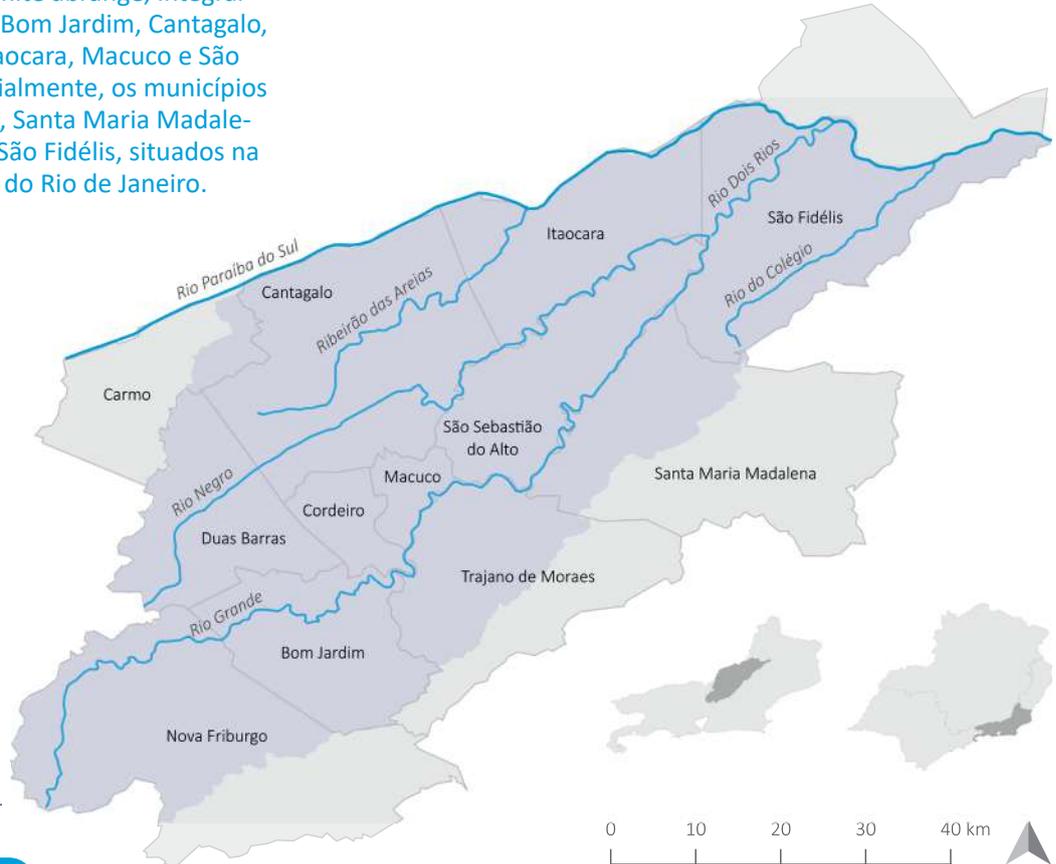
Durante a entrega dos prêmios, o diretor administrativo destacou o potencial do concurso de mobilizar a população em torno de uma questão ambiental. "É uma questão de percepção das pessoas da importância do meio ambiente e, dentro deste quadro do meio ambiente, a questão dos rios, da bacia hidrográfica", ressaltou Vicente.

QUEM SOMOS:

Com sede no município de Nova Friburgo/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo **Decreto Estadual nº 41.472**, de 11 de setembro de 2008, cuja redação foi alterada pelo **Decreto Estadual nº 45.460/2015**. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica VII (RH-VII) do Estado do Rio de Janeiro.

ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco e São Sebastião do Alto e, parcialmente, os municípios de Carmo, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e São Fidélis, situados na região serrana do estado do Rio de Janeiro.



composição
(2021-2022)



· GT Acompanhamento do Plano de Bacia

Instituições Titulares e Suplentes

- 8 Poder Público**
- 8 Usuários de Água**
- 8 Sociedade Civil**

- FIPERJ • INEA • P.M. Trajano de Moraes • P.M. Cordeiro • P.M. Sta Maria Madalena • P.M. de Cantagalo • P.M. Nova Friburgo • P.M. Macuco • REDEC • EMATER-RIO • P.M. São Fidélis • P.M. Bom Jardim • P.M. São Sebastião do Alto • P.M. Itaocara • P.M. Duas Barras
- Águas de Nova Friburgo LTDA • Associação de Indústria Cervejeira de Nova Friburgo e Região • CEDAE • Fazenda Soledade LTDA • FIRJAN • Lafarge Holcim Brasil S.A
- IPRJ-UERJ • ACIANF • AEANF • APROJAN • APPRC BURACADA DOS GOMES • MBH RIBEIRÃO DOS PASSOS • CONRURAL • CECNA • RÁDIO BRASIL RURAL – ACERDAT • ACAMPAR - RJ

Av. Julius Arp, nº 85
Centro – Nova Friburgo/RJ
CEP: 28.623-000

(22) 2523-4881

@cbhrio2rios

www.cbhriodoisrios.org.br



Comitê investe em tecnologia para automatização de cotas da Sala de Monitoramento

Desde a implementação da Sala de Monitoramento, em 2017, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) iniciou o levantamento, sistematização e propagação de dados. Neste processo, deu-se como estratégica a aquisição de equipamentos e aumento da equipe técnica.

De acordo com o Comitê e sua equipe de especialistas, a ampliação e manutenção da rede de monitoramento instalada tem sido um dos maiores desafios da Sala de Monitoramento, uma vez que as réguas linimétricas insta-

ladas para medir a altura da superfície da água, precisam constantemente de aferição, ajustes e reposição.

Diante desse desafio, em 2021 foi iniciado um processo para implementação de sistema automatizado de leitura de cotas dos pontos monitorados. A iniciativa consiste em aquisição de sistema telemétrico com sensor para coleta de dado da variação do nível da água. Esta informação será enviada automaticamente para o software instalado na Sala de Monitoramento e será registrada para divulgação do boletim hídrico diário.



Visita de verificação réguas linimétricas em Quissamã e canal das Flexas, em 08 de janeiro de 2021.

Etapas de implantação do sistema

Inicialmente foi realizada uma visita do diretor João Gomes ao setor de automação da concessionária Águas do

Paraíba em Campos dos Goytacazes. Logo depois, o especialista em recursos hídricos do CBH-BPSI, Antonio Ednaldo Oliveira, fez uma visita de alinhamento com a equipe técnica da Águas do Paraíba para detalhamento da tecnologia.



Visita à empresa Águas do Paraíba

A proposta inicial do sistema automatizado foi apresentada à Diretoria do Comitê e foram solicitados alguns esclarecimentos. Por fim, a ação foi aprovada com destinação de recursos para iniciar o processo licitatório.

O próximo passo é a contratação de uma empresa especializada na instalação e operação da tecnologia. O processo de contratação está previsto para ser concluído nos próximos meses.

Abaixo estão os pontos indicados para instalação de cotas automatizadas:

Cotas automação Norte				
Ponto	Corpo hídrico	Local	Estrutura instalação	Sub-bacia
1	Canal das Flechas	Comporta	Ponte Comporta	Feia
2	Paraíba do Sul	São João da Barra	Defesa Civil	Paraíba do Sul
3	Ururaí	Ponte BR 101	Ponte concreto	Feia
4	Macabuzinho	Macabuzinho	Junto a estação ANA	Macabu
5	Rio Macabu	Ponte Quissamã	Ponte concreto	Macabu
6	Canal São Bento	Comporta	Dentro da Comporta adução	Paraíba do Sul
7	Canal São Bento	Terminal pesqueiro	Estrutura comporta	Feia
8	Prata	Ponte RJ	Ponte concreto	Feia
9	Cipó	A definir	A definir	Feia
10	Itereré	Comporta	Estrutura comporta	Paraíba do Sul
11	Cacimbas	A definir	A definir	Paraíba do Sul
12	Antonio Resende	Canal	Ponte de Santa Clara	Campelo
13	Lagoa Feia Quissamã	CEDAE	CEDAE	Feia
Cotas automação Noroeste				
14	Natividade	Carangola	A definir	Muriaé
15	Pomba	Aperibé	A definir	Pomba
16	Muriaé	COAGRO	Estrutura concreto margem do rio	Muriaé
Cotas automação Itabapoana				
17	Barra do Itabapoana	Posto polícia rodoviária	Estrutura ponte	Itabapoana
18	Garrafão	A definir		Itabapoana

Tabela CBH-BPSI. Pontos indicados para instalação de cotas automatizadas

Assinado contrato para **Elaboração dos Estudos de Alternativas para Segurança Hídrica dos Canais da Baixada Campista**

A diminuição das vazões mínimas, principalmente nos períodos de estiagem atrelados a observada diminuição da cota da linha d'água no trecho final do Rio Paraíba do Sul têm afetado diretamente a adução dos canais da Baixada Campista ano após ano. Para resolver este problema histórico, que afeta diretamente o ecossistema e desenvolvimento econômico da região, o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) buscou uma solução através do Grupo de Trabalho Regularização de Vazões, o GT Vazões, que pertence ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP).

Dois diretores do CBH-BPSI, Zenilson Amaral Coutinho (diretor-presidente) e João Gomes de Siqueira (diretor-secretário), que fazem parte do GT Vazões articularam junto ao Ceivap a contratação de um estudo que apresentasse alternativas que colaborem com a regularização da oferta de água para a região. Então, o Ceivap, por meio de sua secretaria executiva, a Agevap, realizou um processo licitatório e vai arcar com 100% das despesas de contratação.

Em setembro, foi realizada uma live, com transmissão pelo canal do Ceivap no YouTube, que mostrou em tempo real a assinatura do contrato com a empresa. O valor do investimento será de aproximadamente R\$ 819 mil. Durante a transmissão, a subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade e, à época, presidente do Ceivap, Ana Asti, destacou que “esta iniciativa é tão importante que conta com a participação de uma série de representantes da região que vieram até a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade para comemorar e acompanhar esta assinatura”.



Sala de Reunião SEAS

Transmissão ao vivo da assinatura do contrato realizada pelo canal do Ceivap no YouTube. Foto: Reprodução YouTube/Ceivap.

A empresa contratada realizará um diagnóstico da situação dos canais e da infraestrutura das comportas, a fim de trazer propostas que possam embasar tecnicamente ações a serem realizadas pelos órgãos competentes. O projeto engloba estudos de alternativas para a não interrupção da adução da água nos canais, além do projeto básico para

a implementação do planejado e estudos ambientais preliminares a fim de validar as ações nas áreas dos canais do ponto de vista do licenciamento ambiental. O cronograma inicial do projeto prevê que o trabalho de elaboração desse estudo tem previsão de ser concluído até maio de 2022.

De acordo com Márcio Fonseca, especialista em recursos hídricos da Agevap, secretaria executiva do CBH-BPSI e do Ceivap, esse estudo será importante para embasar as decisões em situações de crise, além de revitalizar os canais para promover os usos múltiplos da água e principalmente trazer soluções para a normalização das vazões na região. “Além disso, pode impactar positivamente a região do ponto de vista socioeconômico, visto que a produção agrícola é uma das bases da economia da região e grandemente dependente dessa oferta de água”, destacou o especialista.

Para João Gomes de Siqueira, desde 1989 quando extinto o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), “esse é o momento de maior júbilo de nossa região em relação às ações de gestão hídrica para recuperação das estruturas das comportas e dos canais das Lagoas da Baixada Campista”.

O diretor acrescentou ainda que, para ele, a realização deste estudo é resultado de anos de luta do Comitê para que se resolvam os principais problemas causados pela diminuição da vazão do Rio Paraíba do Sul. “O governo do Estado e o Ceivap estão se dedicando a atender nossa região e fizeram questão da presença de representantes locais para o momento da assinatura do contrato”, ressaltou João.



Visita técnica aos canais da Baixada Campista

Simpósio discute segurança hídrica na região do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Atualmente o Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) realiza seu Simpósio de Recursos Hídricos. Normalmente, no mesmo ano é feita uma edição no Norte do Estado e outra no Noroeste, para contemplar toda área de atuação do Comitê. No entanto, com a pandemia do Coronavírus, os eventos presenciais foram temporariamente suspensos e o evento teve que ser adaptado.

Em 2021, o Simpósio teve sua quinta edição e foi realizado totalmente em ambiente virtual, com transmissão ao vivo pelo canal do Comitê BPSI no YouTube. O tema principal foi “O Plano de Bacia e a Segurança Hídrica na RH-IX”.

Para continuar contemplando as duas regiões, a edição de 2021 teve sua programação distribuída em dois dias, 19 e 20 de outubro, e cada dia com suas palestras focadas em um subtema. No primeiro dia foi “Pontos de Segurança Hídrica apontados no Plano de Bacia do BPSI”. Já o segundo dia teve suas discussões focadas na questão da “Gestão Hidroenergética: conflitos entre a produção energética e a segurança hídrica na bacia”.

A exibição online permitiu um número maior de espectadores se comparada ao evento presencial. De acordo com dados fornecidos pelo YouTube, os dois dias de evento totalizaram aproximadamente 300 visualizações.

Os palestrantes convidados do dia 19 foram: Marina de Assis, Gerente de Recursos Hídricos da secretaria-executiva do Comitê, a AGEVAP, que apresentou sobre “A Segurança Hídrica no Plano de Bacia do BPSI”. A segunda palestra do dia foi com o Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

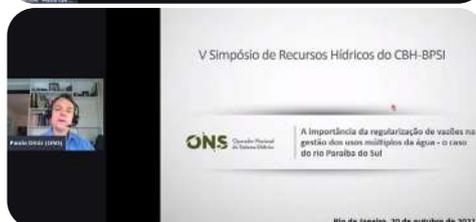
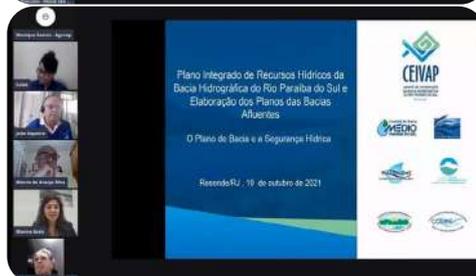
(ANA), Márcio Araújo, sobre a “Importância da integração entre os planos para o atendimento da segurança hídrica”. A última palestra do dia 19 foi realizada pelo representante da empresa Águas do Paraíba, Silas de Souza Almeida, sobre “As dificuldades no abastecimento de água da região”.

Já o dia 20 contou com duas palestras, a primeira com Eduardo de Araújo Rodrigues, analista ambiental do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), sobre “Usos múltiplos da Bacia do Paraíba do Sul II: de Santa Cecília a Atafona”. A segunda palestra foi sobre o “Potencial brasileiro para ampliação da sua matriz energética”, ministrada pelo representante do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Paulo Diniz.

Todo o evento ficou gravado no canal do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana no Youtube e pode ser acessado em https://www.youtube.com/watch?v=_RD7as6K71I.



Os simpósios reúnem profissionais e especialistas, convidados pelo CBH BPSI, que trabalham com a gestão de recursos hídricos para apresentação de trabalhos, estudos e para realização de debates de temas e problemáticas importantes relacionados à bacia do Rio Paraíba do Sul e da Região Hidrográfica IX. O evento se tornou, assim, uma importante ferramenta de debate e conhecimento para os membros do CBH BPSI e para a sociedade, visto que todas as edições são abertas para participação do público.



Região do BPSI receberá três estações telemétricas para monitoramento de Lagoas na RH-IX

A Sala de Monitoramento do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI), em breve, ganhará um reforço na coleta de dados divulgados por meio de seus relatórios hídricos diários. Avaliando a necessidade de ampliar o monitoramento dos corpos hídricos na Região Hidrográfica IX, o Comitê definiu ação de aquisição, instalação e operação de três estações telemétricas.

Essa ação está sendo realizada em parceria com a Gerência de Informações Hidrometeorológicas e Qualidade das Águas (GERIHQ), integrante da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do Instituto Estadual do Ambiente (INEA/RJ). A aquisição, instalação e operação serão custeadas com recursos provenientes pela cobrança pelo uso da água na área de atuação do CBH-BPSI e a operacionalização será realizada pelo INEA.

A atividade será viabilizada por meio de dois contratos de que dispõe o Inea: o contrato para aquisição dos equipamentos (em fase inicial) e o de operação e manutenção da rede (pago mensalmente durante todo o período de operação da estação), que também inclui os serviços de instalação (em execução).

O CBH-BPSI definiu, juntamente com a equipe da área técnica de sua secretaria-executiva, os pontos de instalação das três telemétricas. A equipe contratada responsável pela ação de instalação e operação realizou visita aos locais especificados e os equipamentos já foram adquiridos e há previsão de instalação e início do funcionamento das estações ainda em 2021.



Definição dos pontos de instalação dos equipamentos



O que são estações telemétricas?

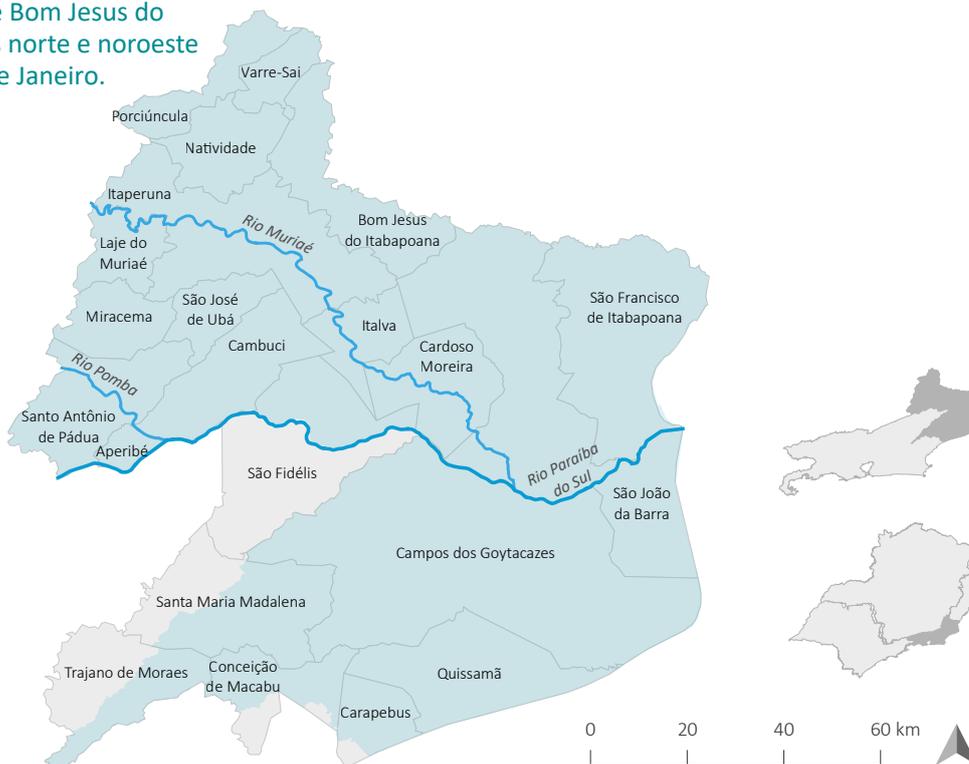
As telemétricas são estações modernas cuja coleta e transmissão de dados são feitas de forma automática, enquanto nas convencionais todo o trabalho é efetuado manualmente por um técnico. Elas possuem sensores de níveis que registram as variações do nível da água nas represas e pluviômetros para coletar dados de chuvas. Com elas é possível identificar eventos considerados críticos, como cheias e estiagens.

ÁREA DE ATUAÇÃO:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Campos dos Goytacazes, Quissamã, Natividade, São João da Barra, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubá, Italva, Santo Antônio de Pádua, Cardoso Moreira, Aperibé, Miracema, Varre-Sai, São Francisco de Itabapoana, Porciúncula e Laje do Muriaé, assim como, parcialmente, os municípios de Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, São Fidélis, Santa Maria Madalena e Bom Jesus do Itabapoana, situados na regiões norte e noroeste fluminenses do Estado do Rio de Janeiro.

QUEM SOMOS:

Com sede no município de Campos dos Goytacazes/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana foi instituído pelo Decreto Estadual nº 41.720, de 03 de março de 2009, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.584/2016. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IX (RH-IX) do Estado do Rio de Janeiro.



composição

(2021-2024)

Diretoria

Plenária
30

Câmara Técnica Consultiva

Grupos de Trabalho

- GT Manejo de Comportas
- GT Nascentes
- GT PCH Saltinho
- GT para Estudos sobre Perdas de Vazão
- GT Plano
- GT Barra de Lagoas
- GT de Acompanhamento ao Contrato de Gestão

Instituições Titulares e Suplentes

10
Poder
Público

• REDEC Norte • EMATER • INEA • FIPERJ • P.M. de São José de Ubá • P.M. de São Francisco de Itabapoana • P.M. de São João da Barra • P.M. de Italva • P.M. de Aperibé • P.M. de Santo Antônio de Pádua • P.M. de Campos dos Goytacazes • P.M. de Conceição de Macabu • P.M. de Carapebus • P.M. de Bom Jesus do Itabapoana • P.M. de Quissamã • P.M. de Trajano de Moraes • P.M. São Fidélis • P.M. Varre-sai • P.M. Itaperuna

10
Usuários
de Água

• Águas do Paraíba S/A • CEDAE • FIRJAN • APROMEPS • COPAPA • COAGRO • ASFLUCAN • COAGRO • SINDICATO RURAL • APRUDOM • SISERJ • APROMEPS • ABRAGEL • Porto do Açú Jurubatiba Turismo • Pousada Rancho Ouro Preto

10
Sociedade
de Civil

• ECOANZOL • OAB/RJ • Associação Raízes • UENF • UFF • UFRRJ • AMA - Associação de Moradores do Açú • FUNDENOR

ENDEREÇO: Av. Alberto Lamego,
nº 2.000 (UENF) Prédio P5,
TÉRREO (ao lado do Bradesco)
Parque Califórnia - Campos dos
Goytacazes/RJ
CEP: 28.013-602

(22) 2725 9023

cbhbaixops@agevap.org.br

@cbh.bpsi

www.cbhbaixoparaiba.org.br



FFCBH em foco

O Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) é uma instância colegiada formada pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro legalmente instituídos. Foi

criado com a missão de fortalecer os Comitês como entes do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos através da integração e da gestão das águas.

ECOB – Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do RJ



Arte: Divulgação

O Fórum Fluminense também tem a responsabilidade da organização do Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas e se fortaleceu a ponto de sua coordenação participar da organização do Encontro Nacional de Comitês de Bacia. A edição 2021 do ECOB foi realizada nos dias 30 de novembro, 1º e 2 de dezembro, em ambiente virtual. O tema foi “Segurança Hídrica, Usos Múltiplos e Desenvolvimento Regional. O evento foi transmitido ao vivo pelo canal do FFCBH no YouTube e está disponível no link <https://bit.ly/3BE56sr>

Nesta edição, o ECOB teve como palestrantes convidados no primeiro dia: Moema Versiani Acselrad (INEA, RJ), para falar sobre o modelo de gestão de cobrança no Rio de Janeiro; Marcelo da Fonseca (IGAM), convidada para apresentar sobre o modelo de gestão de cobrança de Minas Gerais; o professor Wilson Cabral Júnior, com o tema “Segurança hídrica e usos múltiplos da água: integração para a resiliência”, além do doutor em economia, Ronaldo Seroa da Motta (UCL), para apresentar o tema “A cobrança como instrumento de gestão no Brasil”. A abertura contou ainda com um pronunciamento do Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias, Hideraldo Buch.

O debate do segundo dia teve como foco “A água como fio condutor do desenvolvimento regional: pensando a segurança hídrica à luz da agenda 2030”, e quatro palestrantes foram convidados para desenvolver o assunto: Mauro Pereira, diretor executivo da ONG sócio ambiental Defensores do Planeta; professora Yvonilde Medeiros (Escola Politécnica/UFBA); Maria Inês Paes Ferreira, representante titular do Instituto Federal Fluminense na Plenária do Comitê de Bacia dos Rios Macaé e das Ostras e Fernando Moretti, coordenador de LCIF do Lions Clube Cibernético CLEO Erceu Firmino P. Neto.

Já a programação do terceiro e último dia de ECOB inclui a apresentação de cada representante dos comitês sobre seus respectivos projetos em segurança hídrica à luz da Agenda 2030.

Na edição deste ano, o FFCBH prestou homenagens a personagens importantes que contribuem com toda dedicação e esforço para o Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos. Os homenageados foram: Moema Versiani Acselrad (Inea), Livia Soalheiro (SEAS), Márcio de Araújo Silva (ANA), Sérgio Ayrimoraes (ANA), Rafaela dos S. Facchetti V. Assumpção (Comitê Piabanha), Júlio César Antunes (Comitê Guandu), João Siqueira (Coordenador-adjunto do FFCBH e diretor secretário-executivo do CBH-BPSI) e Arimathéa Oliveira (coordenador do FFCBH e secretário do CBH-MPS).

Em outubro teve ENCOB:

Promovido pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), foi realizado em outubro o XXIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) todo em formato virtual devido à pandemia. O tema foi “Água: Fator de Vida, Saúde e Desenvolvimento”. De acordo com a organização, mais de 4,9 mil se inscreveram para participar das palestras, rodas de conversas e visitas técnicas virtuais sobre a gestão das águas em todo o território brasileiro.

O ENCOB pode ser conferido no YouTube acessando o site <https://bit.ly/3vb0esh>.

Ceivap em ação

Principais ações em andamento do Ceivap

Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

PROTRATAR IV



Programa de Tratamento de Águas Residuárias.



Aporte de recursos para implantação, implementação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios localizados na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.



A quarta edição foi lançada em abril de 2021 e as inscrições se encerraram em maio.



Para esta edição, estão sendo disponibilizados cerca de **R\$40 milhões**. Com isso, o CEIVAP visa impulsionar a operacionalização de ações efetivas no âmbito do saneamento, uma das vertentes prioritárias de atuação do Comitê.



Criado em 2017, o PROTRATAR é uma iniciativa que prevê o aporte de recursos ou financiamento para a implantação/implementação/ampliação de sistemas públicos de esgotamento sanitário nos municípios da área da bacia do rio Paraíba do Sul. Os investimentos do programa já totalizam cerca de R\$70 milhões. Até o momento, 14 municípios da bacia foram beneficiados.



<https://ceivap.org.br/downloads/edital-01-2021.pdf>



PROGRAMA MANANCIAIS



O que é?

Programa de Investimento em Serviços Ambientais para Conservação e Recuperação de Mananciais na área da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.



Objetivo

Proteger, manter, recuperar, expandir e/ou assegurar a oferta de serviços ecossistêmicos que contribuam para a manutenção da qualidade e regulação da disponibilidade da água de mananciais estratégicos para os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) dos afluentes do Paraíba de forma inclusiva e participativa, garantindo o bem-estar humano, a segurança hídrica e a saúde dos ecossistemas associados à água a médio e longo prazo.



Quando surgiu?

Lançado ao final de 2020, idealizado no âmbito do Grupo de Trabalho Mananciais e aprovado pela Deliberação CEIVAP nº 276/2019.



Investimento na bacia

Cerca de **R\$ 55 milhões** serão destinados às intervenções ao longo de 15 anos.



Informações complementares

O Programa Mananciais será composto por Projetos Participativos de Incremento de Serviços Ambientais na Microbacia Alvo (PRISMAs), que, em resumo, são projetos de diagnóstico e priorização de intervenções nas microbacias alvo, que serão definidas e hierarquizadas no âmbito de cada CBH. Os PRISMAs estão divididos em três categorias: Intervenções para conservação dos serviços ecossistêmicos; Intervenções para recuperação dos serviços ecossistêmicos; e Intervenções para desenvolvimento territorial.



Saiba mais

<https://ceivap.org.br/deliberacao/2019/deliberacao-ceivap-276-anexo1.pdf>



